

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM**  
**DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA**

**DISSERTAÇÃO**

**Preparação de militantes no Curso de Extensão/Especialização Energia  
e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo da Universidade Federal  
do Rio de Janeiro**

**TARCIO LEAL PEREIRA**

Rio de Janeiro

2015



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA**

**"Preparação de Militantes no Curso de Extensão/Especialização  
Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo da Universidade  
Federal do Rio de Janeiro"**

**TARCIO LEAL PEREIRA**

Sob orientação do professor Dr. **Raimundo Nonato Santos**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

**Rio de Janeiro**

Agosto de 2015

374.1

Pereira, Tarcio Leal.

P436p

T

Preparação de militantes no Curso de Extensão/Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo da Universidade Federal do Rio de Janeiro / Tarcio Leal Pereira, 2015.  
92 f.

Orientador: Raimundo Nonato Santos.

Dissertação (mestrado)– Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 88-92.

1. Preparação de militantes - Teses. 2. Movimento dos Atingidos por Barragens – Teses. 3. Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Teses. 4. Educação popular – Teses. I. Santos, Raimundo Nonato. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO AGRICULTURA E SOCIEDADE

**TARCIO LEAL PEREIRA**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Ciências, no curso de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de concentração em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: ----/----/----

---

Raimundo Nonato Santos, Dr UFRRJ/CPDA

---

Debora Franco Lerrer, Dr UFRRJ/CPDA

---

Marco Antonio Perruso, Dr UFRRJ/PPGCS

## RESUMO

Pretende-se com esse trabalho refletir sobre o processo de preparação de militantes realizado no Curso de Extensão/Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo, oferecido pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Analisando os trabalhos de conclusão de curso da Turma Internacionalista Simón Bolívar, buscamos refletir a respeito do processo de preparação de militantes desenvolvido a partir da parceria entre uma universidade pública e diferentes organizações sociais populares que compõem uma articulação internacional denominada Via Campesina. Consideramos o processo educativo enquanto “preparação”, uma vez que já escolarizados e experientes na militância em suas organizações, os estudantes que integram esse curso recebem uma capacitação complementar, a fim de potencializar suas ações ao retornarem aos seus locais de origem. Avaliamos que os trabalhos de conclusão desenvolvidos pelos estudantes refletem a soma dos conteúdos transmitidos nas aulas e desenvolvidos na vivência e no estudo conduzido por eles, tonificando a realidade expressa nos trabalhos de acordo com a proposta do conjunto das disciplinas oferecidas no curso.

Palavras-chave: preparação de militantes; Movimentos dos Atingidos por Barragens; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; educação popular.

## ABSTRACT

The objective of this work is to discuss the militant formation course Energy and Society in Contemporary Capitalism, offered by Urban and Regional Research and Planning Institute of Rio de Janeiro Federal University (IPPUR/UFRJ). This study analyses the final works course of the Simón Bolívar Internationalist Class, looking for reflect about militant formation process developed by partnership between a Public University and Popular Social Organizations that make part of an international articulation called Via Campesina (Peasant way). This work considered the educative process as a “preparation” because the students are already school formers and militants experts in their organizations, receiving a complementar formation to make stronger their actions when they were back to original places. This research values that students final works reflect classes ministrated and living action of each one of them, becoming the reality expressed in the works as a result of all issues worked in the course.

Key words: Preparation militants. Movimentos dos Atingidos por Barragens. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Popular education.

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	7
CAPÍTULO 1 – A TEORIA MARXISTA DA CONSCSCIÊNCIA DE CLASSE.....	14
CAPÍTULO 2 – FORMAÇÃO DE MILITANTES E EDUCAÇÃO POPULAR.....	19
2.1 A Preparação de Militantes no MAB e no MST .....	19
2.2 A Pedagogia dos Sem Terra enquanto Educação Popular .....	29
2.3 Incidências da pedagogia dos Sem Terra sobre os Atingidos .....	35
CAPÍTULO 3 – A TURMA INTERNACIONALISTA SIMÓN BOLÍVAR.....	43
3.1 O Curso Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo .....	43
3.2 Composição das disciplinas no Curso Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo .....	50
3.3 Parâmetros para a elaboração dos Trabalhos de Conclusão do Curso.....	59
3.4 Análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso da Turma Internacionalista Simón Bolívar ..	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	88

## INTRODUÇÃO

Nesta dissertação apresenta-se o estudo sobre a preparação dos estudantes na segunda turma do Curso de Extensão/Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo, promovido pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ), em parceria com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Foi reconstruída uma genealogia desse curso, que apresenta as matrizes políticas e ideológicas presentes no processo educacional que pesquisamos.

Analisando o caso específico de um espaço de educação formal em uma instituição pública de ensino, essa genealogia, extraída de documentos institucionais, ementas das disciplinas e do plano político pedagógico, serve para realçar as idéias políticas que levaram à estruturação de cursos acadêmicos demandados por movimentos sociais em universidades públicas. Paralelamente, a análise dos trabalhos de conclusão de curso, apresentados pelos estudantes ao encerramento da segunda turma, oferece rica fonte de análise para indicar as matrizes políticas e ideológicas transmitidas na formação, considerando também como se dá a recepção dos conteúdos pelos alunos. Este estudo contribui para compreendermos um pouco mais sobre a preparação de militantes e sindicalistas em espaços de escolarização formal, oferecidos em parceria de universidades com organizações populares.

Nessa introdução, cabe apresentar resumidamente como se estabeleceram as articulações iniciais do MAB, apresentado o ponto onde se situaram as bases de sua organização, e conseqüentemente, da preparação de militantes para a atuação no movimento.

As primeiras mobilizações dos atingidos por barragens podem ser analisadas no contexto dos anos de 1970. Neste período tem início o plano de implantação de usinas para a produção de energia hidroelétrica, que já era pensado desde os anos de 1960, quando foi realizado o levantamento do potencial do país para a produção deste tipo de energia (GUEDES, 2006, p. 10-11). Entre as décadas de 70 e 80 foi feita a construção de barragens por todo o país, sendo notáveis os casos das regiões norte, nordeste e sul,



que receberam projetos e investimentos de grandes proporções. Conforme o andamento e conclusão das obras, muitas famílias que habitavam as regiões a serem utilizadas para a construção de represas e que seriam alagadas posteriormente com as águas do lago formado, sofriam grandes impactos em seus modos de vida, conforme citado abaixo.

“A população aparece como um problema, um obstáculo a ser removido para “liberar a área”. Aqui em Machadinho, tal e qual em Sobradinho, não se sabe o que fazer com a população a não ser impor-lhes condições de indenização e tabelas de preços. (SIGAUD, 1986 *apud* VAINER, 2005, p. 03)

Embora os projetos de usinas hidroelétricas tenham sido executados em períodos aproximados de tempo, a resistência das populações que habitavam as áreas apropriadas pelo governo para a viabilização dos empreendimentos, não se constituiu de modo integrado entre as diferentes regiões do país. Em cada rio, bacia ou vale utilizado para a construção de uma barragem surgia um movimento, que apesar da luta comum, possuía significativas distinções conjunturais em seu contexto social, político e cultural (Vainer, 2003). Neste sentido cabe apontar certa dificuldade em construir uma noção única acerca da organização das lutas deste movimento, especialmente antes da realização do I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens.

O I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens ocorreu no ano de 1989, entre os dias 19 e 21 de abril na cidade de Goiânia. Somente dois anos depois membros dos movimentos de barragens de diversos pontos do país decidiram formar o Movimento Nacional, durante o I Congresso dos Atingidos por Barragens, realizado em março de 1991. (GUEDES, 2006, p. 18)

Pensando ainda na organização dos Atingidos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é também um ator relevante a ser considerado nesta introdução, visto que ele se constitui enquanto um importante elemento para a compreensão do contexto em que se encontra atualmente o Movimento dos Atingidos por Barragens e o Curso de Extensão/Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo.

Os anos de 1970 tiveram grande relevância para a articulação dos trabalhadores do campo, que inseridos em um contexto historicamente marcado pela desigualdade social, lutavam por condições de vida e relações de trabalho mais justas. Durante o final da década de 70, no contexto de mobilização contra o modelo de sindicalismo vigente,

alguns setores da Igreja Católica tiveram importante atuação, conforme o exposto na referência abaixo.

Com apoio principalmente de agentes de pastoral e padres e bispos ligados à Teologia da Libertação, iniciou-se um molecular processo de organização e formação de “oposições sindicais”. Tratava-se de um movimento de crítica às práticas sindicais vigentes e de busca de novas alternativas quer para posseiros, pressionados pelo avanço da fronteira agrícola, quer para pequenos produtores de áreas de ocupação antiga, que se viam acudados pelo processo avassalador de modernização tecnológica, endividados e sem perspectivas de continuarem a se reproduzir como pequenos produtores e de garantir aos filhos o acesso à terra. (MEDEIROS, 2009, pg. 2-3)

A relação com setores da Igreja é marcante na articulação do MST e do MAB, havendo ainda atualmente fortes influência católica nos modelos organizativos e de formação desses dois movimentos. O MST foi constituído primeiro, no período de 1979 a 1984, com criação formal no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se deu entre os dias 21 e 24 de janeiro de 1984, em Cascavel – PR (CALDART, 2001, pg. 207). É importante ressaltar que durante este período, em 1980 também ocorriam importantes mobilizações de populações atingidas no estado do Paraná, onde teve início o Movimento Justiça e Terra. Neste contexto Guedes (2006, p. 17) destaca que “... algumas das famílias deslocadas pela construção da Usina de Itaipu se juntarão a outros grupos de camponeses para, alguns anos mais tarde, criarem aquele que será o mais vigoroso movimento rural da história do Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)”. Pode-se perceber assim, como estes dois movimentos estão relacionados desde suas origens, não somente em relação ao contexto de formação, mas também em seu modelo de organização e em algumas de suas lutas mais significativas e abrangentes.

No que diz respeito à formação e educação de quadros desses movimentos, em Guararema – SP funciona desde 2005 a Escola Nacional Florestan Fernandes. Fruto de uma iniciativa do MST, ela buscava ser um espaço onde pudessem ser realizados cursos profissionalizantes, em diferentes áreas de conhecimento, alinhados também com cursos de formação política. A escola do MST também oferece, em parceria com instituições de ensino superior, cursos de graduação e pós-graduação, tendo como elemento

distintivo central a concomitância entre espaços de formação ideológica e política. Esta escola é resultado de um processo estratégico do movimento, desempenhado ao longo dos anos 1990, onde passou a constituir processos sistemáticos de formação dos militantes, que passou pela experiência de parcerias com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), e com o sindicalismo rural, passando por influências do marxismo e da teologia da libertação. Após percorrer este percurso foi possível estabelecer

[...] uma formação política autônoma que atinge seu ápice no final dos anos 90 e no início do século XXI com a construção de escolas nacionais como o ITERRA (Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária) e a Escola Nacional Florestan Fernandes e a realização de cursos de extensão, de graduação e de pós-graduação em parceria com as principais universidades federais do Brasil. (SILVA, 2005 *apud* LUCENA & NETTO, 2010, p. 212)

De acordo com Geraldo Gasparin, atuante na coordenação pedagógica da ENFF, a formação política dos militantes é um ponto de grande importância para o MST, que desde o início de sua organização demonstra preocupação com a formação de seus quadros, que era feita de modo pouco sistemático nos primeiros anos do movimento, de acordo com o cotidiano das ocupações. O padrão de educação de militantes, fundamentado na efemeridade do acampamento e no apego aos emblemas simbólicos nele formados (SIGAUD, 2000), foi uma das primeiras incursões a fundo do MST na experiência de construção de uma escola de preparação de militantes. A busca pela autonomia na formação de militantes pode refletir também uma busca por uma maior autonomia político-ideológica do movimento. Buscar novas metodologias e aprofundar os conhecimentos em campos estratégicos para o MST é um pilar relevante para avaliar a proposta desenvolvida na ENFF. A formação de quadros é uma das principais tarefas desenvolvidas pelo MST, e neste sentido a Escola Nacional apresenta-se enquanto o

[...] fruto de um momento histórico muito preciso de um amadurecimento do MST, e também da leitura da necessidade de que as organizações políticas que não responderam aos desafios da formação política e não prepararam seus quadros tiveram enormes dificuldades e muitas não sobreviveram (JORNAL SEM TERRA, n. 295, 2009).

Seguindo um tipo de formação de militantes equivalente ao do MST, o MAB possui em sua organização dois setores distintos para tratar da formação de seus militantes. De acordo com Guedes (2008, p. 04), o programa de educação dirige-se aos atingidos e as comunidades, enquanto o de formação tem como público alvo os

militantes deste movimento. No entanto pode-se observar uma interpenetração entre as categorias de atingidos e militantes, dado que muitos dos militantes são também atingidos, o mesmo ocorrendo na dimensão inversa. Em igual medida, estão integrados os aspectos referentes à educação e a formação, já que em cursos do setor de educação está também presente a formação política e ideológica, que perpassa diretamente os conteúdos formais.

Cabe destacar a relevância do ano 2001 para a compreensão do contexto onde se enquadra o Curso de Extensão/Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo, em especial a segunda turma, que é a questão que trabalhamos nesta dissertação. Foi a partir de 2001 que a realização de “ciclos de cursos de formação” tornou-se uma prática sistemática e regular no MAB (GUEDES, 2008, p.05). Neste sentido, são estabelecidas algumas das bases para a realização de um curso de especialização/extensão promovido pelo IPPUR-UFRJ em parceria com o movimento, no ano de 2008.

O Curso Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo é resultado de um processo de diálogo entre o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ) e o MAB, por via da Assessoria Técnica e Educacional Meio Ambiente e Barragens (ATEMAB), vinculada ao Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN) do IPPUR. A ATEMAB é o produto de um percurso de trocas e diálogos dos sujeitos integrados na realidade de ensino, pesquisa e extensão universitária do ETTERN com os sujeitos atingidos, e busca contribuir com as populações atingidas no sentido oferecer formação e capacitação para que possam, assim como suas organizações, militar na luta por condições de vida mais justas, estando dotados de conhecimentos específicos sobre a atuação dos sujeitos do campo e dos demais trabalhadores no processo de transformação da realidade.

Este é o primeiro curso de pós-graduação oferecido na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em parceria com o MAB. Outra característica significativa, este espaço de formação é oferecido para integrantes de diferentes organizações do Brasil e do mundo, havendo grande participação de sindicalistas, brasileiros e estrangeiros. O Curso Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo iniciou suas atividades com a primeira turma, em julho de 2008. Em fevereiro de 2010 foi realizada a conclusão desta turma, sendo feito em julho de 2010 o seminário de apresentação dos trabalhos de

conclusão pelos estudantes que desenvolveram e integraram todo o percurso formativo.

A experiência de formação desenvolvida neste curso foi integrada por quatro etapas presenciais, realizadas no espaço físico da Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ. Isto é possível graças ao fato de os módulos presenciais serem oferecidos fora do período letivo da universidade. A construção deste espaço se dá a partir do apoio institucional e financeiro<sup>1</sup> do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e, na UFRJ, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da Pró-Reitoria de Extensão (PR5) e da Escola de Educação Física e Desportos (EFFD), além de contar com o apoio financeiro de outras entidades externas a Universidade.

No total, o curso é composto por quatro etapas, onde cada uma destas se desenvolve no período de duas semanas de aulas presenciais. Nas etapas são ministradas quatro disciplinas, com carga horária de 16 horas cada. O tempo destinado aos componentes curriculares previstos é de 8 horas por dia, incluindo aulas expositivas, trabalhos em grupo, leituras, entre outras atividades. A primeira etapa da segunda turma do curso, que é analisada nessa dissertação, foi realizada em julho de 2010, a segunda em janeiro de 2011, a terceira em julho de 2011 e a quarta em janeiro de 2012. Pelo fato de ser compreendido por um percurso formativo contínuo de dois anos o curso é oferecido em regime de alternância. Este regime pedagógico é utilizado de forma vasta em outros cursos e experiências de formação para movimentos sociais.

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundar os conhecimentos acerca da formação política de militantes em espaços de educação formal. Justifica-se também por tratar de um curso de extensão/especialização em que militantes, lideranças e sindicalistas, originários de diferentes regiões do Brasil e do mundo, que apresentam significativa atuação em suas respectivas organizações/movimentos, são inseridos em um espaço acadêmico, buscando aliar teoria e prática. Compreendendo a educação e a formação política de militantes como um único elemento, que é central para a manutenção e expansão dos movimentos sociais rurais brasileiros, a construção de pesquisas que busquem problematizar e investigar esta prática é um dos elementos fundamentais para compreender o modo de atuação de organizações como o MAB, que tem o MST como referência.

---

<sup>1</sup> O curso também é viabilizado com o apoio da Eletrobrás, por meio de editais e auxílios específicos.

A formação de militantes oferecida pelo MST a partir dos anos de 1990, e do MAB nos anos 2000, é fator determinante e revelador de suas táticas e proposições. Nos espaços educativos são retransmitidos e afirmados os fundamentos da prática militante e organizativa desses movimentos sociais. Mesmo que se trate de um curso acadêmico formal, esses fundamentos estão presentes, e se apresentam desde a organização dos espaços e tarefas, passando pelo momento da mística, até a conclusão das atividades.

Consta em diferentes documentos do MAB e MST, e no próprio programa do curso de extensão/especialização, que a formação política não se estabelece apenas nos espaços de aulas, mas em todo o cotidiano do militante. Existe um esforço contínuo e sistemático destas organizações para formar o maior número possível de militantes e lideranças, de acordo com o padrão que estabelece a soma entre atividade educativa e formação ideológica. A centralidade da formação está nos discursos e práticas destes movimentos, sendo questão elementar para a compreensão das estratégias e projetos que são e serão desenvolvidos por estas organizações durante os próximos períodos. O fato de MAB e MST atribuírem total importância à orientação e fundamentação teórica de suas práticas indica a relevância do papel da educação e formação para militantes e lideranças.

Embora se trate de um movimento com grande importância política e social, e reconhecida representatividade em espaços de luta e organização popular, não existem trabalhos no campo das Ciências Sociais que tratem da questão específica da formação política em espaços educativos com participação do Movimento dos Atingidos por Barragens. Existe um pequeno número de artigos científicos, dissertações e teses que tratem da formação política de militantes como tema central, e grande parte destes trabalhos foram construídos no campo pedagógico. Por isso, no capítulo 1, apresentamos algumas notas a respeito da teoria marxista da consciência de classe, a fim de situar os conhecimentos articulados pelos militantes do MST e do MAB, no que se refere ao papel de suas organizações frente a mobilização e preparação de seus militantes. No segundo capítulo abordamos o projeto pedagógico do MST, apresentando-o enquanto um expoente da educação popular no Brasil, para em seguida, no terceiro capítulo, abordarmos a segunda turma do Curso Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo, denominada Turma Internacionalista Simón Bolívar.

## **CAPÍTULO 1 – A TEORIA MARXISTA DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE**

A teoria do partido sempre foi tida no marxismo como uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da luta de classes e a construção da sociedade socialista. O tema do partido na tradição marxista é fundamental para aqueles sujeitos e organizações que se pretendem capazes de desenvolver o processo revolucionário de transformação social. A forma como se constitui historicamente o sujeito revolucionário, o tipo de processo a partir do qual esse sujeito se origina, remete a uma ampla discussão sobre a relação entre classe e partido.

Considerado o grau de autonomia que Marx e Engels atribuem em O Manifesto do Partido Comunista (2008) ao movimento operário, vemos que esses clássicos não apresentam a necessidade da intervenção de uma instância externa ao movimento para que os trabalhadores possam elevar a sua consciência, no que diz respeito à atuação e organização da classe. Marx e Engels acreditam que o agravamento das contradições do capitalismo impulsiona os operários a organizarem a luta política. Acreditam também que contradições do capitalismo levam os operários a continuarem alcançando os níveis necessários de organização e consciência até alcançarem o socialismo.

Em O Manifesto Comunista, Marx e Engels descrevem as fases do movimento da classe operária e seu processo de conversão de “classe em si” em “classe para si”. Primeiramente pensam na consciência dos operários como um primeiro nível de consciência de classe alcançado na luta por seus interesses coletivos. Com este último nível de consciência da posição antagônica entre os interesses do proletariado e da burguesia, e da necessidade de organizar-se para superar a ordem vigente. Essa trajetória começa e se desenvolve com um processo histórico de lutas dos próprios operários.

Os operários são impulsionados a diante em suas reivindicações, e conduzidos pelas demandas objetivas que percebem em seu cotidiano. A consciência de classe, ou a consciência dos interesses fundamentais e comuns ao conjunto do proletariado enquanto classe, os trabalhadores adquirem em seu cotidiano e não são teoricamente orientados, resultado de um trabalho teórico específico.

Entretanto, a classe operária no curso de seu movimento próprio pode contar a vantagem de ter a colaboração de um partido que favoreça a união teoria e prática política. Em Marx Engels a teoria e a prática são indissociáveis. Eles, porém, rejeitam a teoria que se desenvolve a margem das lutas dos operários, dado que o que se origina fora da ação é utopia (Vazquez,1980) , recusam a produção teórica que apresenta as costas do movimento real. Os teóricos tratam de perceber um movimento existente para que, a partir dele, com o decorrer dos fatos, possam refletir sobre o processo do movimento operário. As elaborações teóricas feitas com base na análise dos processos de luta efetivamente desempenhados pelos operários. Neste sentido, os teóricos da classe operária descrevem um movimento real, desempenhado pelos operários.

Na análise de Sanchez Vazquez (1980), em Marx e Engels não se encontra uma teoria do partido, nem a defesa a um sistema de representação dos trabalhadores por meio de partido único. Nesses clássicos a classe é tomada como o protagonista fundamental da luta revolucionária. Para eles, os diversos partidos operários apenas representam diferentes níveis de ação e consciência da classe. Os intelectuais revolucionários atuam conjuntamente com a classe, ao seu lado, sendo ela a protagonista dos fatos, e os intelectuais burgueses apenas seus colaboradores no decurso do processo revolucionário, daí decorrendo, segundo aquele autor, a noção de classe-partido (ibid). Ainda de acordo com Vazquez, para Marx e Engels em o Manifesto Comunista, a emancipação da classe operária resulta de sua própria movimentação, é fruto da ação dos próprios trabalhadores.

Os dois outros clássicos marxistas que têm teorias sobre o partido revolucionário são Lênin e Gramsci, sobretudo o primeiro, defendem a visão que vê no partido o ator dirigente central da classe operária na sua luta para alcançar o socialismo. Enquanto na visão da corrente marxista ortodoxa da sua época (no começo do século XX), as movimentações espontâneas das massas possibilitam, ao longo do processo de luta de classes, levam à sua consciência de classe e ao socialismo, em Lênin os movimentos espontâneos das massas pertencem unicamente à esfera dos operários e os leva apenas a ter uma consciência tradeunionista, corporativa.

Lênin distingue dois tipos de consciência de classe: tradeunionista e a socialista. A consciência tradeunionista de classe origina-se essencialmente da luta por melhorias nas condições de venda da força de trabalho, no qual não existe oposição frontal ao



regime social e político vigente. Existe, nesse caso, a compreensão de que é necessário lutar contra os patrões no sentido de melhoria de salários e da conquista de direitos. A atuação dos operários ocorre por vias legais, através da organização em sindicatos, que são vistos como o modo necessário e mais adequado para encaminhar as demandas corporativas dos trabalhadores.

Só a consciência socialista, ou social-democrata, usando os termos da época de Lênin, é apresentada como a percepção do antagonismo irreconciliável entre os interesses dos trabalhadores e o regime social e político vigente na sociedade. Os trabalhadores devem saber analisar, com base nos fatos, todas as manifestações políticas dos demais grupos e classes sociais, pois apenas assim pode-se ter uma verdadeira consciência de classe. Lênin afirma a importância do conhecimento a respeito da realidade social para afirmar a oposição entre os interesses dos trabalhadores e os dos grupos estabelecidos, que são contrários aos dos trabalhadores.

A partir da leitura dos acontecimentos em greves na Rússia durante as últimas décadas do século XIX e no começo do século XX, Lênin reconhece que a classe operária quando age entregue a sua própria força, só alcança um tipo de consciência subordinado à ideologia burguesa, e não tem condições, por suas próprias forças, de ir além da consciência tradeunionista, subordinada à ideologia burguesa. Para transpor esse limite imposto ao processo de desenvolvimento da luta de classes pelos movimentos espontâneos das lutas dos trabalhadores, é necessária a interferência de um elemento externo, o partido revolucionário.

No que diz respeito à consciência socialista e teoria científica do socialismo, Sanchez Vázquez esclarece que a ciência socialista se desenvolve a partir de intelectuais que já assumiram um posicionamento ao lado da classe operária. Essa teoria se estabelece paralelamente às lutas de classe, mas ao mesmo tempo se desenvolve em relação com a classe, e não de modo dela independente. O desenvolvimento da prática política ocorre associados ao desenvolvimento e enriquecimento teórico, de todo modo tanto a consciência quanto a ciência socialista se desenvolvem de acordo com o desenvolvimento da luta de classe dos trabalhadores. Teoria e prática são indissociáveis, como estabelecem Marx e Engels nas Teses sobre Feuerbach de 1845. (VAZQUEZ, op.cit.)

Quanto à organização dos partidos, Lênin concebe um partido de vanguarda da ação revolucionária. O partido leva a consciência à classe operária e atua como seu condutor. A formulação leninista da organização da classe operária reside fundamentalmente na noção de exterioridade da consciência de classe, que por consequência, demanda um ator externo que possa introduzir a consciência revolucionária na classe operária. Em Lênin, o partido tem o papel fundamental, por ser este o elemento que impulsionará o desenvolvimento de uma consciência elevada na classe operária, somada a um alto nível de organização e ação.

O partido em Lênin apresenta-se como um destacamento da classe operária, por encarnar sua consciência socialista, mas dela se distingue organicamente. Ele se compõe por revolucionários profissionalizados. O partido representa o máximo de organização possível, tendo em vista que a organização se apresenta como elemento decisivo para a luta socialista. O partido se rege pelo princípio do centralismo democrático e pela idéia de disciplina consciente. O partido não existe sem os trabalhadores e massas e se propõe a conduzi-las.

No que diz respeito à ideia de partido em Gramsci, observamos que ele também defende a tese de que a espontaneidade das massas deve ser guiada e educada, de maneira que a própria classe operária, no decurso desse processo, se torne capaz de guiar a si própria no movimento revolucionário. No entanto, para Gramsci o processo da revolução socialista nas sociedades capitalistas européias, que é uma situação no contexto da crise de 1929, bastante diferente da Rússia czarista do tempo de Lênin, requer uma luta que envolva a disputa pela hegemonia na sociedade complexa da época. Daí insistir no caráter dirigente do partido em relação à classe operária e forças sociais aliadas e que tenha grande hegemonia na sociedade civil.

Com essa sumária apresentação da concepção de partido nos clássicos marxistas, pretendemos ter um marco de referência, principalmente em relação às idéias de Lênin, que nos sirva para abordar o tema da formação dos seus militantes, que o MST, e também o MAB dão toda a importância. Considerando o caráter dirigente do MST e do MAB, no que diz respeito à organização da luta dos povos subalternizados do campo por melhores condições de vida, acredita-se ser possível apresentar uma melhor compreensão da formação política desenvolvida por estes movimentos, e centralmente,

no curso de extensão/especialização, a partir das teorias desenvolvidas por Lênin e Gramsci, onde as organizações, ou o partido, possuem papel dirigente central.

## **CAPÍTULO 2 – FORMAÇÃO DE MILITANTES E EDUCAÇÃO POPULAR**

### **2.1 A Preparação de Militantes no MAB e no MST**

Para pensarmos a respeito da preparação de militantes de movimentos sociais do campo no Brasil é indispensável recorrer àquele que tem sido o maior expoente no que diz respeito à formação de militantes no Brasil nas últimas décadas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No que tange aos movimentos sociais atuantes no meio rural brasileiro, especificamente aqueles que são provenientes em alguma medida da articulação dos Sem Terra<sup>2</sup>, existe uma base comum para se pensar a respeito da formação pedagógica dos militantes, formulada pelo MST e denominada Pedagogia do Movimento. Este tipo de processo educativo, desenvolvido e aperfeiçoado pelos Sem Terra, é aplicado em distintas iniciativas de preparação das suas bases, e se estabelece de maneira a reunir um conjunto de práticas, regras e ideologias desenvolvidas e aplicadas pelo MST. Tal padrão pedagógico é adotado também nas iniciativas de formação de militantes oferecidas pelos demais movimentos sociais e organizações que integram a Via Campesina Brasil<sup>3</sup>.

O Movimento dos Sem Terra, enquanto organização<sup>4</sup> com a maior base social nessa articulação de Movimentos, exerce influência objetiva no modo como as demais organizações, tal como o MAB, pensam a formação de seus militantes. A interrelação entre as ideias de formação e educação é muito comum ao avaliarmos tanto os discursos

---

<sup>2</sup> O termo “Sem Terra” define os trabalhadores rurais sem terra organizados no MST como um movimento de luta pela reforma agrária (Santos,2007).

<sup>3</sup> MST e MAB são os dois maiores que compõem a Via Campesina Brasil, que é uma articulação nacional de movimentos sociais, composta pelas seguintes entidades, MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MAB (movimento dos Atingidos por Barragens), MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), CPT (Comissão Pastoral da Terra), PJR (Pastoral da Juventude Rural), CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e FEAB (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil). Essa articulação busca garantir legitimidade e coesão aos movimentos que descendem diretamente do MST e/ou compartilham de suas ideias políticas, colaborando assim na difusão e desenvolvimento de seu tipo de análise sobre a realidade brasileira e seus projetos de transformação.

<sup>4</sup> Atrilando diversos formatos organizativos, o MST apresenta uma complexa e diversificada estrutura, autodenominando-se uma “organização social de massas”, categoria que de acordo com o próprio movimento, sintetiza sua complexidade estrutural.

de militantes quanto a produção de textos sobre o tema. Em alguma medida isso demonstra o quanto esta divisão estabelecida entre os espaços educativos e formativos no interior desses movimentos (MAB e MST) se apresenta antes de modo retórico do que real, especialmente nas atividades de educação. As relações e interpenetrações entre educação e formação encontram-se profundamente enraizadas na prática desses movimentos e no desenvolvimento de suas ações pedagógicas em diferentes áreas, inclusive nos processos educativos e de formação humana<sup>5</sup>.

A orientação marxista desenvolvida nos últimos períodos, notadamente nos anos 1990, reúne na dimensão pedagógica das atividades formativas do MST e do MAB a busca de uma síntese, a Pedagogia do Movimento, como indicado por Roseli Caldart (2006), uma das principais intelectuais engajadas nesse processo: “arriscamos esta nova síntese, que traz a luta social, combinada com a organização coletiva, como matriz formadora constituinte do Movimento Social como sujeito pedagógico...” (CALDART, 2006 *apud* MARTINS, 2009, p. 13). Aparece como questão relevante o modo como as dimensões da formação política e da educação apresentam-se de forma bastante integrada, ao ponto de em muitos momentos não ser possível diferenciá-las. De acordo com o apresentado por Eduardo Pereira (1999, p.5-10) compreende-se por formação política o processo intencional, contínuo e sistemático onde os indivíduos adquirem a consciência de si enquanto sujeitos inseridos em um contexto social e político maior, no qual são atores fundamentais. Esses aspectos são perfeitamente integrados a proposta educativa da Pedagogia dos Sem Terra.

A abordagem acerca da preparação de integrantes de movimentos sociais pode envolver grande diversidade de atores e processos. No caso das ações educativas articuladas pelo MST e pelo MAB, que são guiadas de acordo com os parâmetros do primeiro para oferecer formação aos militantes, pode ser utilizada a abordagem feita por Pereira (1999) e Perruso (2011) para que possamos compreender melhor as bases em que se fundamenta esse tipo de ação pedagógica. Nas análises desses dois autores, são

---

<sup>5</sup> Sobre a noção de formação política produzida pelo MST, podemos destacar os trabalhos de Pizetta (2007) e Peloso (2007), que elaborando a partir de sua aproximação e integração ao movimento, apresentam alguns aspectos políticos da formação de militantes deste movimento. Em 2013, a contribuição mais recente sobre esta questão, vem a partir da tese de Rodrigues (2013), defendida na Faculdade de Educação da UNICAMP, onde, embora partindo de um olhar sobre a questão específica dos métodos de ensino desenvolvidos pelo MST nos anos de 1980, apresenta-se uma pequena elaboração acerca das orientações políticas que fundamentam a organização das práticas pedagógicas do movimento durante esse período.

ressaltadas experiências de formação com grande relevância para a esquerda Brasileira, a chamada “educação popular” e a “proposta de formação política do Partido Comunista do Brasil (PCB)”, que apresentam significativa influência para o amoldamento da Pedagogia do Movimento.

A proposta de formação política do PCB, dominante na esquerda brasileira na década de 50, apresentava um caráter tradicional, no sentido de formação livresca, centrada na figura do professor como transmissor de conhecimento, dirigida, disciplinadora e teórica. A proposta da Educação Popular, [...] dominante na esquerda nas décadas de 70 e 80, principalmente na CUT (Central Única dos Trabalhadores) e no PT (Partido dos Trabalhadores) nos anos 80, apresentava, por outro lado, um caráter escolanovista, voluntarista, centrada no aluno, valorizando as formas e metodologias. (PEREIRA, 1999, p. 04)

A relação das duas propostas acima destacadas pode ser apontada como um dos possíveis caminhos para compreender o processo de conformação do atual modelo formativo desempenhado no Curso de Extensão/Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo, que acreditamos estar intimamente relacionado com a Pedagogia dos Sem Terra.

Em artigo de Almeida (1983), é possível visualizar um sucinto panorama a respeito da escola formação de militantes que se mantinha no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Esse partido formava militantes de acordo com um quadro conceitual marxista, seguindo um conjunto de práticas e regras uniformemente elaboradas. De modo similar ao feito pelo MST/MAB, a escola não necessariamente se compunha por um espaço físico, mas era edificada fundamentalmente em encontros esporádicos, que se davam a partir de palestras, aulas e grupos de leitura e estudo de textos. O ponto a se destacar na formação de militantes oferecida por esse partido é a disciplina e o caráter essencialmente doutrinador da prática formativa. Eram elencadas bibliografias e temas que estruturavam a linha argumentativa da escola de quadros, de maneira em que elas eram transmitidas buscando oferecer ao participante do curso uma imersão na ideologia e nas práticas estabelecidas pelo PCB<sup>6</sup>. O objetivo da escola do PCB era transmitir um conjunto específico de conteúdos e instruir a um tipo de conduta militar, fundamentada em rígidos padrões disciplinares. Por oferecer uma formação essencialmente

---

<sup>6</sup> Sobre os métodos de formação de militantes do PCB, ver: PERALVA, 1960; ALMEIDA, 1983.

doutrinária, não havia diálogo entre a realidade dos militantes encaminhados para os cursos da escola do PCB e os conteúdos que lá eram transmitidos.

Existe a compreensão de que as duas propostas de formação de quadros apresentadas por Pereira (1999) são ainda atualmente, passíveis de reflexão acerca de seu emprego para a compreensão de métodos pedagógicos dos Sem Terra, especialmente quando se trata da preparação de espaços para a formação de militantes em movimentos sociais rurais. O MST vem se destacando cada vez mais quando se trata de fazer formação militante em movimentos sociais atualmente, em especial graças ao significativo trabalho desenvolvido pela Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)<sup>7</sup> neste campo, no sentido de construir um novo tipo de formação de militantes, oriundo da decantação de distintas experiências anteriores, somada a prática e ao contexto atual do movimento.

A busca de sínteses possíveis entre a matriz freireana e as diversas correntes do marxismo sem dúvida constitui um esforço – mais ou menos assumido discursivamente – das organizações componentes da Via Campesina Brasil no que tange à formação política. Busca que continuam empreendendo, mas repleta de tensões entre a tendência a repetir e reproduzir orientações políticas para seus formandos, por um lado, e a perspectiva de capacitar estes mesmos formandos a construírem autonomamente suas próprias orientações, velhas ou novas, para os movimentos de que participam, por outro. (PERRUSO, 2011, p.12)

O modelo de formação colocado em prática no curso “Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo” apresenta, por se tratar do Movimento dos Atingidos por Barragens, que integra a Via Campesina Brasil<sup>8</sup>, uma relação bastante próxima com os meios e esquemas formativos adotados pelo MST.

Os primeiros espaços de formação política criados pelos movimentos, que nos anos 2000 se autodenominariam “Via Campesina Brasil”, foram no sul do país, nos estados

---

<sup>7</sup> A Escola Nacional Florestan Fernandes é um empreendimento do MST, localizado no município de Guararema, grande São Paulo. Em uma estrutura física feita a partir do trabalho voluntário de militantes do MST, são oferecidos cursos profissionalizantes e de formação política, a partir de um projeto político pedagógico próprio. Para maiores informações sobre a ENFF ver: PIZETTA, 2007; LUCENA & NETO, 2010.

<sup>8</sup> A Via Campesina Brasil é composta por diversos movimentos sociais, sendo o MST e o MAB os mais fortemente estruturados. A Via Campesina Brasil integra a Via Campesina e a CLOC (Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo), ambas instituídas nos primeiros anos da década de 1990 em um esforço de internacionalização das organizações populares do campo de todo o mundo.

de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Posteriormente se multiplicaram os centros de formação e as escolas de educação formal vinculadas aos movimentos. (VAINER & VIEIRA, 2010, p.12)

A preparação de militantes na Via Campesina Brasil<sup>9</sup>, portanto no MAB e no MST, está intimamente relacionada ao esforço sistemático estabelecido no contexto maior destas três organizações. Perruso (2011, p.06), destaca que o MAB conta com uma política sistemática de formação desde 2001, mas não possui uma escola propriamente dita, com estrutura física tal como a ENFF. O autor aponta ainda que os integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens “costumam participar das atividades de formação política da Via Campesina Brasil e do MST, evidenciando o protagonismo deste último na rede de movimentos sociais rurais brasileiros aqui tratada (Via Campesina Brasil)” (PERRUSO, 2011, p.06). É importante destacar a dimensão da preparação de militantes de organizações ligadas a Via Campesina<sup>10</sup>, pois o Curso Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo se enquadra como um espaço de educação não apenas para membros do MAB, mas também para sindicalistas e representantes de diversos movimentos ligados a essa rede, em nível nacional e internacional.

Desde 1998 o MST estabelece parcerias com universidades públicas, a fim de oferecer cursos de graduação para alguns de seus militantes, de modo a constituir um corpo de educadores formados a partir do próprio movimento, visto que utilizando a

---

<sup>9</sup> Essa articulação nacional de movimentos sociais é fruto de processos anteriores de organização e união internacional de movimentos camponeses, tais como a Via Campesina (1991), e a Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC). Fruto de articulações para a fundação de uma organização internacional que pudesse aglutinar os camponeses em nível internacional, realizada em 1992 no Congresso da União Nicaraguense de Agricultores e Ganaderos (UNAG), Manágua, foi feita a I Conferência da Via Campesina, na Bélgica em 1993, a partir da qual se declarou uma organização internacional de camponeses, com representação em praticamente todo o mundo. A CLOC, fundada um ano depois, na cidade de Lima, e integra a Via Campesina (VAINER e VIEIRA, 2010)

<sup>10</sup> Sobre a organização dessas redes de movimentos sociais, e sobre a integração do MAB nestes setores, são de grande relevância os trabalhos de Vainer (2001; 2003; 2005), bem como o trabalho de Vainer e Vieira (2010).



pedagogia da alternância<sup>11</sup> não se fazia necessário o deslocamento dos educandos para fora de seu contexto social durante longos períodos de tempo<sup>12</sup>.

No ano de 2002, o MST contabilizava que cerca de 53 mil militantes haviam passado pelos seus cursos de formação, ainda antes da inauguração da ENFF, que multiplicou estes cursos. Muitos destes cursos são apenas para os militantes do MST, mas nos últimos anos uma série deles teve como público-alvo também militantes da Via Campesina do Brasil e Internacional. (VAINER e VIEIRA, 2010, p. 12)

Neste sentido, existe um amplo e contínuo esforço dos movimentos sociais do campo, nesse caso específico o MAB, para formar seus militantes nos distintos níveis educacionais já convencionados (educação básica, profissional, superior e pós-graduação), por via de parcerias e articulações com instituições de ensino e outros movimentos sociais. Entretanto, este esforço de formar e educar vai além dos moldes tradicionalmente estabelecidos, pois busca o acesso a um padrão educacional que atenda as demandas dos trabalhadores do campo e de suas respectivas comunidades. Notadamente por isso as dimensões da formação e da educação apresentam-se de modo tão próximo, especificamente no caso do Curso Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo, oferecido pela UFRJ.

Existe a compreensão de que “os novos sujeitos sociais deste momento histórico, que vêm sendo produzidos pela dinâmica das lutas sociais que não aceitaram a exclusão como um dado inevitável [...] e suas lutas nos ensinam algo mais sobre processos de transformação social, e sobre práticas de educação a eles vinculadas.” (CALDART, 2001, p. 209).

Os movimentos sociais rurais brasileiros que se desenvolveram a partir das articulações que deram início ao MST, desde o princípio de sua formação vêm desenvolvendo debates sobre a preparação de seus militantes, bem como os processos de educação formal de suas bases e dirigentes. Essas atividades, que eram realizadas em parceria com o movimento sindical e com outras organizações voltadas para o trabalho de educação popular, a partir do crescimento e fortalecimento do MST, passaram

---

<sup>11</sup> Esse curso segue o método da pedagogia da alternância, que é dividido entre tempo escola, realizado na UFRJ, e tempo comunidade, o período em que os estudantes realizam suas atividades, trabalhos e leituras em suas comunidades.

<sup>12</sup> Para dados a respeito das parcerias e políticas públicas voltadas para a formação de assentados da reforma agrária em nível superior e de pós-graduação, ver: LERRER, 2012.

gradativamente a ser oferecidas pelos próprios movimentos sociais. Os militantes entendiam que deveriam investir em processos de formação próprios. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi o primeiro dos movimentos sociais camponeses a se organizar e a desenvolver atividades de formação autônomas e específicas para seus militantes<sup>13</sup>.

Embora tenham setores de educação e formação constituídos separadamente dentro de cada organização, MAB e MST compartilham ideais e práticas semelhantes no que tange a formação de seus militantes, especialmente no que diz respeito à forma e a linguagem (SIGAUD, 2000) adotada por eles no desenvolvimento de suas atividades pedagógicas. A esse respeito, Guedes apresenta como a interação, entre os movimentos e suas instituições formativas é recorrente.

Militantes do MAB, do MST e de outros movimentos freqüentam as mesmas escolas (a Florestan Fernandes, o Iterra, a Fundep) e os mesmos cursos, têm aulas com os mesmos professores, professam os mesmos “princípios e valores”, compartilham leituras, viajam juntos, participam dos mesmos eventos. (GUEDES, 2012, pg 23)

O Movimento dos Atingidos por Barragens por compartilhar das mesmas bases sociais do MST e também ser originário da mesma região do Brasil, compartilha dos ideais e do modo de pensar a formação de seus militantes constituída por ele, sem deixar de acrescentar a pauta de questões suas demandas específicas, provenientes dos rumos tomados pelo movimento ao longo dos anos<sup>14</sup>.

De acordo com as cartilhas de formação do Movimento Sem Terra, os novos espaços e processos de formação foram criados, ainda no início da organização do Movimento, para garantir a organicidade e a articulação do MST. Assim, buscaram estabelecer como ponto de partida para a estruturação de uma escola de formação, a prática política e os acúmulos sociais dos Sem Terra, com suas contradições, desafios e possibilidades. Dessa maneira o conhecimento sobre a militância e os desafios para a transformação da realidade eram pensados e transmitidos para os assentados por militantes mais antigos, com alguma experiência em ocupações de terra.

---

<sup>13</sup> A preparação de membros do movimento sindical dos trabalhadores rurais no Brasil possui longa trajetória, especialmente no que diz respeito à formação política, para o caso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, ver: SILVA, 2013.

<sup>14</sup> Sobre a influência, presença e relevância dos militantes do sul do país na expansão do MST, e na definição de formas de luta adotadas por esse movimento, ver: LERRER, 2008.

As atividades de formação política das organizações da Via Campesina Brasil<sup>15</sup> têm sido cada vez mais recorrentes: “É marcante a preocupação em atrair e formar jovens e lideranças. Cursos de formação são cada vez mais comuns, inclusive a nível nacional.” (VAINER & VIEIRA, 2010, p. 207). Um dos momentos mais importantes desse processo é a construção da sede da Escola Nacional Florestan Fernandes pelo MST, inaugurada em 2005 em Guararema/SP<sup>16</sup>.

As atividades de formação política da Via Campesina Brasil, do MST e do MAB estão vinculadas a orientações políticas bastante próximas, fazendo parte de uma mesma cultura política, herdeira “do marxismo revolucionário latino-americano [...], da Teologia da Libertação, das lutas democráticas contra a ditadura militar [...] e de movimentos ecologistas e libertários pós-marxistas.” (VAINER, 2001 *apud* VAINER & VIEIRA, 2010, p. 198)

Esses movimentos possuem grande articulação e coesão entre si, podendo ser consideradas importantes organizações políticas, desde que não consideradas do ponto de vista partidário e eleitoral.

No que diz respeito ao modo como se deu a estruturação de uma escola de formação para a preparação dos militantes desses movimentos, é importante considerar a influência dos setores da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação, às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e à Comissão Pastoral da Terra (CPT) na formação da primeira geração de militantes do MST. Nesse processo, a ideologia marxista também se fez marcante desde seu início (FLORESTA, 2006 *apud* MARTINS, 2009, p. 149). A proximidade ideológica com o marxismo se aprofundou a partir dos anos 1990 e caminhou junto com algum distanciamento desse cristianismo católico de esquerda (MARTINS, 2009, p. 134 e 151). A ligação de diferentes matrizes ideológicas promovido pelo MST e pelo MAB apresenta grande relevância, se destaca enquanto elemento mais importante para a pesquisa sobre a formação política no MAB. A matriz cristã, presente nas concepções e metodologias pedagógicas de Paulo Freire,

---

<sup>15</sup> Fausto Torres, em artigo publicado em 2004 apresenta um panorama a respeito das necessidades e perspectivas acerca da formação política de militantes dos movimentos que integram a rede de movimentos sociais denominada Via Campesina Brasil, destacando dentro da dimensão pedagógica a relevância da formação política.

<sup>16</sup> Sobre a preparação de militantes desenvolvida pelo MST, após a organização da ENFF, é de grande relevância a tese de doutorado em sociologia política de Martins (2009), que trata da formação de jovens militantes do movimento, destacando o marcado caráter formativo presente nas atividades educativas desenvolvidas pelo movimento.

comumente chamada “educação popular”, é muito marcante para a formação de militantes desde os anos 1970.

O discurso sobre disciplina, estudo e organização presente na formação do MAB e do MST é fruto daquele utilizado anteriormente pelas Comunidades Eclesiais de Base. A herança da Igreja para a formação política nestes movimentos sociais pode ser vista na estrutura da organização – o caráter colegiado das instâncias de decisão, a divisão por Estados, o espírito de sacrifício e a centralidade da mística e eventos dotados de forte caráter simbólico. (FLORESTA, 2006 *apud* MARTINS, 2009, p. 151)

O processo de educação e formação de militantes é um tema considerado prioritário pela direção dos movimentos vinculados ao MST (GUEDES, 2008, p. 19). A formação dos educandos das organizações camponesas tem como um de seus objetivos centrais, fazer com que os envolvidos desenvolvam habilidades e destrezas organizativas, políticas, mobilizantes e administrativas (TORRES, 2004, p. 27-28).

A questão da formação e da educação é atualmente muito discutida nos movimentos sociais do campo, de modo que alguns destes movimentos, notadamente MST e MAB, possuem atualmente coletivos específicos dentro de seus quadros organizativos para tratar da articulação e organização de ações formativas\educativas para os militantes de todo o país. Em busca da criação de um padrão particular para manter e reconstruir sua cultura e seus saberes acumulados, importantes setores de populações camponesas em todo o mundo se articularam em torno de ideais comuns, buscando também estabelecer uma nova perspectiva de vida e desenvolvimento, que seja diversa do modelo defendido pelos setores hegemônicos da sociedade. Nesta busca por vivenciar modos de vida e produção próprios, uma parcela do campesinato brasileiro organizado na Via Campesina Brasil, se esforça no sentido de garantir sua autonomia, social cultural e produtiva frente ao modelo hegemônico apresentado.

Conforme apresentado na dissertação de mestrado de Eduardo Tadeu Pereira (1999), a noção de formação política e dos processos educativos desenvolvidos em movimentos sociais pode ser apresentada enquanto uma prática sistemática desenvolvida por um conjunto de atores engajados em torno de um projeto comum, onde de maneira intencional desenvolvem-se ações formativas\educativas. Estas ações visam aperfeiçoar o potencial crítico e reflexivo dos sujeitos em formação para a atuação em uma determinada frente de luta. Este trabalho de formação não se

desenvolve ou encerra apenas com o espaço de aulas, mas se aplica em todo o cotidiano de vida e militância do educando. Neste sentido pode-se conceber que diferentemente do ensino formal, esse processo pedagógico não conta com apenas um espaço privilegiado de aprendizado, mas é desenvolvido também de acordo com a realidade e a vivência dos sujeitos. Assim:

A Educação Popular, em um sentido freireano, queria ser uma contribuição específica à mudança social revolucionária, aquela que poderia potencializar um novo tipo de educação que formasse sujeitos individuais e coletivos e que apostasse no protagonismo desses sujeitos como uma condição para o desenvolvimento de sua própria historicidade. (GARCÉS D., 2006, p. 88)

A partir do desenvolvido por Mário Garcés D. pode-se perceber o potencial transformador a que se propõe o modelo pedagógico do que chamamos atualmente de Educação Popular, modelo este fortemente mencionado quando tratamos do fazer educativo/formativo em movimentos sociais rurais. A prática educativa/formativa apresenta-se contemporaneamente enquanto elemento fundamental de manutenção e/ou transformação da realidade social, vivida por diferentes grupos sociais. Por conta disso o controle sobre o modo como são desenvolvidas as práticas educativas/formativas para as distintas parcelas das sociedades brasileiras vem sendo, especialmente nas últimas décadas, ponto de disputas políticas e sociais. Por sua notável relevância no que diz respeito ao processo de construção, reconstrução, e reprodução de ideias, diferentes grupos sociais, especialmente os subalternizados e submetidos a um padrão educativo/formativo hegemônico, buscam construir processos pedagógicos autônomos, que garantam a manutenção e reconstrução de seus valores e práticas.

Compreende-se enquanto a construção de um processo de educação popular o percurso percorrido por um grupo social subalternizado, em busca de autonomia para a determinação de seu modelo educativo/formativo, de modo a assegurar um padrão de desenvolvimento autônomo a cada distinto grupo social, buscando afastamento de pré-determinações dos setores dominantes da sociedade, que estão cristalizados nos modelos tradicionais de educação. Carlos Rodrigues Brandão (2008) constrói um panorama sobre os locais sociais e geográficos nos quais se situam diferentes bases e perspectivas acerca do que é fazer educação popular. Dessa forma ele apresenta alguns modelos onde podem ser mais bem compreendidos os diferentes modos de

desenvolvimento e reflexão acerca do fazer educação popular, seu papel e função no mundo moderno. Seguindo nessa linha, apresenta-se no próximo tópico um pequeno panorama que favorece a compreensão do que são iniciativas de educação popular em suas diferentes perspectivas e possibilidades, buscando lançar luz sobre a nossa compreensão a respeito da forma como é feita a preparação de militantes no curso Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo, realizado pelo IPPUR/UFRJ em parceria com o MAB.

## **2.2 A Pedagogia dos Sem Terra enquanto Educação Popular**

Construindo uma reflexão a partir das ideias desenvolvidas por Carlos Rodrigues Brandão (2008, pg.107-135) procura-se pensar sobre o local onde se situam as diferentes bases acerca do que é fazer educação popular, buscando favorecer a compreensão do que foi e do que atualmente pode ser compreendido enquanto educação popular, em seus diferentes aspectos e possibilidades. Esta reflexão é proposta para que possamos pensar a respeito do modo como se deu o processo de formação de militantes da Turma Internacionalista Simon Bolívar, do curso Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo.

A educação popular articula-se na década de trinta, no Brasil e na América Latina, como uma forma de reaver o tempo escolar perdido por sujeitos adultos das camadas mais pobres e subalternizadas pelo poder do estado (BRANDÃO, 2008). Dentro deste contexto, a prática educativa possuía um caráter de redenção dos sujeitos educados, visando favorecer o ajustamento do sujeito à realidade social dada, onde este indivíduo fosse mais ajustado e “socialmente correto”.

Os sujeitos teriam a possibilidade de se retirar das margens da sociedade desde que tivessem acesso ao letramento, dentro dos padrões já convencionados pelo ensino escolar formal. Posteriormente, surgiram programas de educação popular vinculados de algum modo a projetos de “Desenvolvimento de Comunidades”. (BRANDÃO, 2008, pg.108)

Conforme o apontado por Brandão (2008), os chamados projetos de desenvolvimento de comunidades surgiram em um momento posterior daquele que

podemos chamar da primeira fase de desenvolvimento de ações de educação popular no Brasil. As ações de desenvolvimento de comunidades constituíam-se com um padrão que descentralizava a noção do sujeito, em seu potencial crítico e mobilizador, e passa a ideia de grupo, não passando por um viés de classe, mas sim de “brigadas de atividades” (BRANDÃO, 2008). As atitudes além da formação individual e profissional, para o mundo do trabalho, eram construídas em torno de um projeto de auto formação e transformação no interior de grupos onde havia, de acordo com governos e institutos de assistência, a necessidade de aplicar medidas educativas, visando solucionar os problemas comunitários.

Embora haja significativo distanciamento histórico entre as iniciativas consideradas no artigo de Brandão (2008) e a trajetória de consolidação da Pedagogia do Movimento apresentada por Caldart (2004; 2009), é possível traçar um paralelo entre as duas propostas, tendo em vista o público que buscavam alcançar e o modo como se desenvolveram. Considerando a ação mediadora feita por igrejas cristãs no início dos projetos de educação popular, tal como se deu no MST, podemos ponderar a respeito da permanência de uma estratégia de atuação dos setores cristãos que buscam tutelar a ação política dos setores subalternizados do campo. Verifica-se que tanto nas estratégias de educação popular, quanto na construção de uma pedagogia dos Sem Terra, houve um descolamento entre ação educativa proposta inicialmente pelos mediadores religiosos e a realidade vivida pelos sujeitos aos quais ela era oferecida. A radicalização das demandas populares se mostrou conflitante com os princípios da formação proposta pelas instituições religiosas

A construção de uma ideia sobre o que é educação popular, baseada simplesmente em um conjunto de noções sempre iguais, que apenas se diferenciam pelo método, apresenta-se como bastante problemática. As demandas educacionais dos sujeitos variam de acordo com sua realidade social. Desse modo, as instituições e os espaços formativos devem seguir a lógica específica demandada por cada grupo de sujeitos. O enquadramento em um determinado conjunto de regras e práticas hegemônicas e opressoras não pode ser um objetivo possível em um projeto educativo onde se concentram pessoas de realidades distintas, tal como era proposto nas iniciativas de educação popular.

Alguns grupos construíram papéis de protagonistas nas ações de educação popular, no que diz respeito a uma mudança do paradigma estabelecido. Isso se deu a partir de iniciativas que se formaram e constituíram da crítica aos antigos modelos de formulação de iniciativas de educação popular. Essa que por sua vez, possuía um viés tutelador, construído a partir das demandas e objetivos dos grupos dominantes da sociedade.

Em todas as sociedades é a educação um dos mais efetivos instrumentos de controle social. Os conteúdos de efeito socializador em geral conduzem mensagens que legitimam uma ordem social vigente. (BRANDÃO, 2008, pg.109)

Fica clara no trecho acima a perspectiva de que a definição dos planos e projetos de educação é uma prática política, e que a população será formada a partir de vias e objetivos estabelecidos pelos grupos que pensam a prática educativa. Essa é uma ação de construção ideológica onde os atores podem ser formados para agir de diferentes maneiras frente a uma realidade social estabelecida. Para além do fornecimento de ideias e conhecimentos instrumentais, fundamentais para a vida cotidiana e particular de cada indivíduo, aqueles que favorecem suas ações básicas de auto sustento e manutenção, os modelos e processos de educação formam para a existência de diferentes modos de inserção na sociedade, sejam esses mais questionadores ou conformados com o modelo vigente. A educação se coloca para colaborar na preparação de um determinado grupo de sujeitos, para que estes possam se enquadrar de uma forma específica em um contexto social. Os espaços e iniciativas de educação popular, tal como a instituição escolar, possuem grande influência no processo de socialização e constituição dos sujeitos e dos grupos em que esteja inserida, por isso a demanda por processos que sejam convenientes a sua realidade.

No que diz respeito à classificação de uma determinada iniciativa seguindo o esquema que venho adotando, de acordo com o exposto por Brandão (2008, pg.107-135), existem perspectivas diferentes para se avaliar um projeto de educação popular. Uma delas, de acordo com esse autor, parte de uma matriz mais voltada para a forma tradicional e “burocrática” de avaliação de programas de educação popular, onde se observam majoritariamente questões que estão muito próximas daquelas utilizadas nos programas de educação formal. Outro modelo possível de avaliação de um programa educativo popular parte de uma noção onde se consideram as questões relativas ao



potencial do projeto de educação para atender demandas e questões do público alvo, no sentido de um processo mais autônomo e crítico.

Podemos destacar duas formas de desenvolver ações de educação popular, a partir de modelos desenvolvidos por Brandão (2008), chamados de “formas primitivas” e “formas atuais” de construção da educação popular. As formas primitivas são representadas nos projetos que transmitiam conteúdos de acordo com os parâmetros da escola formal. Os modelos atuais buscam alcançar outro padrão de educação/formação, onde são trabalhadas questões, referentes ao papel do processo educativo, tendo em conta o papel do educando na prática social, e considerando os diferentes processos que podem ser desencadeados pelos sujeitos e por toda a sociedade. Nesse sentido, podemos ver como a Pedagogia do Movimento se apresenta enquanto um modelo fundamental das chamadas “formas atuais” de educação popular, ao buscar sistematicamente aproximar o processo educativo da realidade dos estudantes, considerando suas especificidades e demandas, e procurando se adequar a elas.

Algumas iniciativas de educação popular começaram a se construir no Brasil, a partir das ideias de desenvolvimento pessoal, comunitário, e também capacitação para o ingresso no mercado de trabalho. Estas formas de educação, caracterizadas como ações de “educação fundamental”, se constroem primariamente como um modo de instrumentalização da leitura e escrita, de acordo com as formulações e objetivos dos grupos dominantes e de seus interesses. Ainda que possibilitando uma maior capacidade de articulação e apresentação de demandas dos mais pobres por parte deles mesmos, esse modelo educativo não possuía este objetivo (BRANDÃO, 2008, pg.114-116).

Somente quando começa a interessar aos governantes um nível mais estrito de organização popular que, inclusive, se oponha a formas mais contestatórias da ordem vigente (como as organizações de classe), é que a Educação Fundamental aparece associada a programas nacionais ou regionais de “Desenvolvimento de Comunidades”. (BRANDÃO, 2008, pg.116)

O modelo de desenvolvimento de comunidades descrito por Brandão (2008) e brevemente apontado acima, em sua base não favorece a transformação de modos de vida. Ele apresenta-se como uma forma de inserção e/ou manutenção de padrões econômicos e sociais. A mudança promovida por estas ações educacionais se dirige a uma mudança tópica e pontual de algumas das questões e dificuldades enfrentadas por

um dado grupo social, elas não objetivam uma mudança na estrutura social ou nas relações sociais e produtivas em um contexto maior.

Diferente do descrito acima, na Pedagogia dos Sem Terra busca-se favorecer o desenvolvimento da autonomia dos estudantes (CALDART, 2004), visando capacitá-los para a transformação de suas realidades e do mundo em elas se apresentam. Nesse caso, a educação é vista enquanto um processo ampliado de formação humana, tido como fator de redenção, por ser a alternativa fundamental para a capacitação dos militantes para a luta pela superação das injustiças sociais a que estão submetidos.

Os padrões e modelos de elaboração, as práticas e concepções acerca do fazer educação popular apresentam-se na história como uma realidade dinâmica e integrada no decorrer do tempo (BRANDÃO, 2008). Modelos educativos poderiam ao mesmo tempo apresentar-se como integrados e dependentes uns dos outros, e não de forma estática. As transformações nesses padrões foram sendo desenvolvidas a partir das lutas dos sujeitos envolvidos no processo educativo, tal como as demandas que foram por eles levantadas, de acordo com o contexto maior em que estavam inseridos, no plano cultural, econômico e político.

Portanto uma Educação Popular deve partir dos projetos populares de atualização social e não dos projetos derivados dos interesses de outros grupos sociais. Deve começar pelo próprio conjunto de valores e conhecimentos populares. Deve instrumentalizá-los com os valores e conhecimentos de crítica e de organização. (BRANDÃO, 2008, pg.132)

A ideia da promoção de uma educação de base vai além de um modelo de doutrinação ou formação de lideranças comunitárias que se bastam, e que promovem ações de assistência que ficam por si sós<sup>17</sup>. Conceber a construção de uma prática com o fundamental da educação, que represente um projeto de educação de base (para as populações e com as populações, pelas próprias populações), se apresenta não só no sentido de pequenas mudanças, ou de construção de ideias sobre algo totalmente estabelecido (BRANDÃO, 2008). A noção de formação de sujeitos plenos e conscientes de sua capacidade de agência e transformação na estrutura social é uma característica marcante para a compreensão de um modelo de educação popular.

---

<sup>17</sup> Para pensar a respeito do papel da formação de lideranças, considerando especialmente o caso do Movimento dos Atingidos por Barragens, ver: GUEDES, 2011.

Busca-se em iniciativas de educação popular a formação de sujeitos que sejam conscientes de sua realidade, do seu meio e dos contextos e processos em que estão inseridos. A partir daí eles poderão, de acordo com as ferramentas mais adequadas, reconstruir de modo mais reflexivo e sistemático sua noção e percepção de sujeito (coletivo e individual), enquanto ator da história e dos processos sociais. Construindo sua prática de modo diverso das noções de progresso e justiça difundidas por experiências educativas/doutrinadoras anteriores. A agência das classes populares é um fator de grande relevância na construção de iniciativas de educação/formação popular. As transformações não podem ser dadas apenas de cima para baixo, dos dominantes para os dominados, mas sim devem advir de onde e para onde elas serão destinadas, por meio de uma ação que emerge dos sujeitos conscientes e organizados.

É de grande relevância a mudança de perspectiva nos procedimentos educativos populares, do puramente espacial e local para uma concepção histórica e social dos processos, uma visão relacional. A transformação deve ocorrer no rumo onde a história é delineada. Neste ínterim deve haver a transmutação de uma educação fundamental, para o povo, em uma educação do povo. Os diferentes sujeitos e grupos sociais possuem um instrumental próprio para a compreensão de sua realidade social, no qual é possível discernir suas formas específicas de definição da vida moral, cultural e política, assim como os modos de se compreender e sua relação com a sociedade como um todo. Cabe aos movimentos e organizações sociais populares buscarem articulações com intelectuais e instituições que estejam dispostos a participar e contribuir com esse projeto de transformação, construindo e fortalecendo a autonomia dos grupos populares.

Havendo a compreensão e o conhecimento da existência de outras realidades possíveis, podem-se instrumentalizar meios de luta, mobilização e articulação política a partir de um projeto popular. A educação popular e os projetos desenvolvidos no interior dos movimentos sociais são reconhecidos como um bom exemplo de como a prática de construção de conhecimentos e transmissão de saberes, entre jovens e adultos oriundos das classes populares, pode contribuir para o processo de compreensão das demandas de um grupo. O Curso de Extensão/Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo representa um significativo avanço nesse aspecto, pois indica outros horizontes de expansão para a prática da educação popular. Além disso, representa a preocupação e o interesse de diferentes setores da sociedade por uma

produção de conhecimento socialmente referenciado, que busca se adequar a lógica dos sujeitos que integram o processo de formação.

## **2.3 Incidências da pedagogia dos Sem Terra sobre os Atingidos**

Preliminarmente é necessário ressaltar a distinção criada no MST e no MAB para tratar das questões relativas ao ensino. Com a criação dos setores<sup>18</sup> de formação e educação, o Movimento dos Atingidos por Barragens, tal como o Movimento dos Sem Terra, buscou construir ferramentas para aprimorar e qualificar sua atuação. Tais setores são estabelecidos com a pretensão de suprir as demandas pontuais dessas organizações no que diz respeito a questões consideradas estratégicas, e se aliam ao padrão de distinção e compartimentação das frentes de atuação estabelecidas por esses movimentos. Os setoriais de administração-financeiras, comunicação e produção, atuam buscando aprimorar o andamento das tarefas necessárias à organicidade desses movimentos. Os setores de educação e formação apresentam grande relevância para o Movimento dos Atingidos por Barragens, e desempenham papel estratégico em sua atual composição. Guedes (2012) aponta que uma transformação vem ocorrendo nesse Movimento, e indica uma aproximação ainda maior ao MST no que diz respeito à forma como essas duas organizações sociais populares encaram a questão da preparação de seus militantes.

“(…) Uma mudança na “linha política” do MAB que vem postulando o privilégio de uma atuação mais propriamente política (centrada, por exemplo, na contestação do modelo energético do país e na “conscientização da sociedade” a respeito da questão da energia) do que sindical (ou seja, direcionada para a luta pelos direitos dos atingidos e por demandas pontuais).” (GUEDES,2012, pg 21)

No que diz respeito à distinção entre os setores de educação e formação no Movimento Sem Terra, temos que:

“As práticas de educação e formação se distinguiram na estruturação do MST na formação de dois setores com coletivos, em instâncias de elaboração nacional estadual, regional (interna a cada estado federativo), e nos acampamentos e assentamentos. A divisão de tarefas: um voltado à luta pela escola e suas questões, projeto político-pedagógico, currículo, conteúdo, metodologia e a formação de professores; o outro,

---

<sup>18</sup> Setor é o termo utilizado para distinguir as distintas frentes de trabalho organizadas dentro do MAB.

voltado aos estudos político-ideológico internos aos espaços da organização.”  
(CASTRO, 2013, pg 145)

Embora o MAB apresente semelhanças significativas quanto ao MST no que diz respeito à organização destes dois setores (educação e formação), existe uma significativa interlocução entre eles. Nas atividades de educação existem fortes traços da formação militante, e para o andamento das atividades estritas ao setor de formação a ação educativa acaba por se estabelecer de maneira concomitante. Com frequência os militantes alocados em um desses setores transitam entre eles, havendo também em alguns espaços de formação a integração de suas atividades. “O deslize semântico entre formação e educação é recorrente; e revelador de que a separação entre ambas as noções (educação e formação) é antes analítica que real” (PERRUSO, 2011, pg 2).

O avanço do MST no esforço de promover a escolarização formal de seus militantes, oferecendo-lhes acesso ao letramento, e também as demais etapas da escolarização formal, até a pós-graduação, se estabeleceu de maneira simultânea com o esforço desempenhado pelo Movimento para oferecer uma formação política e ideológica. Essa formação se situou a partir dos fundamentos do leninismo, buscando desenvolver e afirmar o caráter revolucionário da ideologia pregada pelo movimento. A práxis fundada por essa interpretação do marxismo se sustenta a partir da ética reproduzida e adaptada por essas organizações, que tem a disciplina na atuação cotidiana, e a mística, concebida enquanto elemento de aglutinação e construção de memória coletiva, como suas bases fundamentais (CASTRO, 2013).

Considerando a atuação dos movimentos sociais brasileiros no campo de estudos da educação, cabe destacar a relevância dos trabalhos de Roseli Caldart (1997, 2001, 2004, 2009, 2012), que abordam ricamente a temática da preparação dos militantes enquanto elemento básico para a composição do que se consagrou atualmente como a Pedagogia do Movimento. Especialmente depois da criação da Escola Nacional Florestan Fernandes, o MST vem empreendendo grandes esforços para a propagação de um tipo específico de consciência militante, elaborada prática e conceitualmente por meio das práticas educativas do movimento. A ampliação da forma acampamento<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> “A recorrência dos elementos e arranjos observados é o que permite afirmar a existência de uma forma acampamento. O modelo não é endógeno. Tudo leva a crer que foi engendrado no Sul do país, ao longo do processo de ocupações que desembocou na constituição do MST. Foram seus militantes,

como eixo central de ação dos Sem Terra se estende também aos setores ligados às práticas formativas. O ato de educar, de transmitir e construir conhecimentos passa diretamente por essa relação específica com a prática militante e a lógica da ocupação de terras. No MAB, essa fusão entre a prática e identidade militante também perpassa as iniciativas de preparação de militantes, tal como ocorre no MST. A mesma lógica de disputa e ocupação presente nas lutas sociais dos Atingidos também se materializa nas atividades educativas.

A partir desta articulação entre um determinado modelo de formato organizacional para o movimento e uma identidade específica para aquele que deve responder por este movimento poderíamos então falar em algo como uma forma-militância. (Guedes, 2012, pg23)

Guedes (2012), argumenta que os militantes do MAB constroem suas práticas a partir de um modo específico, caracterizado pela preparação que recebem do Movimento, via cursos de formação e demais oportunidades educacionais oferecidos por essa Organização para seus membros. A forma-militância se constrói e reproduz em diferentes espaços de atuação ou preparação, e se caracteriza fundamentalmente pela aplicação dos conhecimentos adquiridos na formação oferecida pelo Movimento ao contexto em que o militante ou liderança se situa. Não se trata de transmissão mecânica de conhecimentos, mas da adaptação dos saberes conquistados à realidade de luta, o que não é necessariamente convergente com a radicalidade, rigidez e disciplina pregada nos espaços de preparação oferecidos pelo MAB.

Caldart (2009) aponta a importância da escolha do MST por uma linha de atuação pautada na radicalidade de suas iniciativas. Essas são adotadas como mecanismo principal de desenvolvimento das ações do Movimento, e seguem a lógica das ocupações de terra, onde se reúne uma grande quantidade de militantes para que se obtenham reflexos imediatos a partir dessas iniciativas, visando sempre à conquista de ideais já planejados. Por exemplo, no caso de uma ocupação visando um posterior processo de desapropriação para fins de reforma agrária. A ideia de mobilização de massas e de ocupação popular massiva é central para a organização do movimento e de seus princípios educativos. Partindo da questão do acesso a propriedade da terra o

---

deslocados para o Nordeste, que ali o implantaram, certamente com ajustes às condições da mata pernambucana". (SIGAUD, 2000, pg 85)

movimento se articula para atingir outros aspectos da vida de seus militantes, visando proporcionar uma formação que esteja coincidente com seus ideais de organização social, cultural, política e familiar.

O MST compartilha desde o princípio de sua constituição formal, de um ideal principal, onde se almeja a reestruturação da sociedade, afim de que não hajam mais explorados nem exploradores. O MST investe fortemente na questão educativa, desde a alfabetização de crianças e adultos nos assentamentos até a educação superior, e recentemente, a pós-graduação.

Buscando ampliar sua base social, os Sem Terra apresentam a questão da necessidade de uma reforma agrária visando o interesse popular. Partindo desta premissa, esse movimento buscar expandir sua pauta de reivindicações, apontando para um projeto de caráter amplo, buscando a transformação da sociedade. Em busca da efetivação de uma utopia, onde se visam uma sociedade sem opressões ou desigualdade social, o movimento pauta suas iniciativas no campo pedagógico deste modo, pensando toda a estrutura familiar das famílias de seus militantes. Caldart (2004) apresenta um olhar específico para a história e a trajetória do movimento, buscando analisar a importância da dimensão pedagógica para a construção de uma identidade do MST.

O projeto educativo do MST busca formar um novo tipo de sujeito social, radicado nas lutas populares e no embate direto com alguns aspectos do atual modelo de organização social brasileiro, tendo atenção específica e majoritária para a questão da produção e do consumo, passando pelo mercado de trabalho e pelas condições de produção e reprodução de mão de obra. Passando pela crítica aos padrões de básicos de uma sociedade fundamentada no consumo e na exploração do trabalho, o MST passa a adotar em seu arcabouço outros elementos deste complexo modelo, mas atua visando especialmente a transformação da realidade do homem do campo, compreendendo ser ele um elo fundamental para estruturação deste sistema produtivo, fundamentado na reprodução de desigualdades (CALDART, 2004).

Caldart (2004) defende o processo histórico de desenvolvimento dos métodos formativos do MST como um percurso de incremento e aprimoramento de um tipo de formação que favorece a educação de um novo homem, fundamentado em distintos padrões éticos, com valores diferentes dos que são difundidos na educação tradicional.

A educação dentro do Movimento se estabelece visando a formação de indivíduos capazes de compreender e atuar na realidade, pensando em suas demandas imediatas e específicas, contudo, sem deixar de pensar a respeito do caráter estrutural que favorece tal tipo de organização da realidade.

“Do ponto de vista da nossa reflexão sobre educação, há nesta análise duas idéias-força imbricadas uma na outra, e é importante destacá-las aqui. A primeira delas, que *existe uma pedagogia que se constitui no movimento de uma luta social*; a segunda, que *uma luta social é mais educativa, ou tem um peso formador maior, à medida que seus sujeitos conseguem entranhá-la no movimento da história.*” (CALDART, 2001, pg 213)

O sentimento de inconformidade e de inadequação com a realidade social são motores fundamentais para pensar a respeito da formação no movimento. O MST busca estabelecer em suas iniciativas de formação, uma pedagogia que diferente da tradicional, forme para gerar sujeitos conscientes de sua realidade social, que se encontrem e coesionem a partir deste sentimento de não enquadramento em uma realidade social opressora.

Associando educação e prática militante, a preparação dos militantes visa proliferar as disputas características do padrão de atuação do MST, fundamentado na ocupação e na mobilização imediata para uma temática específica, para a partir disso promover a ampliação do debate a respeito de sua situação específica e das raízes sociais de um modelo de sociedade fundamentado na exclusão e na perpetuação de amplas desigualdades econômicas e políticas.

Tornar consciente e reflexivo este processo é um dos grandes desafios pedagógicos do MST, e uma das razões de valorizar cada vez mais as atividades específicas de educação. (CALDART, 2001, pg 215)

A Pedagogia do Movimento tem a concepção fundamental de que a formação desenvolvida e praticada pelo MST favorece o desenvolvimento de um novo tipo de sujeito social, capaz de associar conhecimento sistemático à prática militante.

Pouco adianta as lideranças fazerem longos discursos para explicar que a realidade é diferente; somente experimentando pessoalmente os embates da luta pela terra é que, aos poucos, aprenderão de que relações sociais fazem parte, e o que contestam mais



profundamente em cada um dos atos coletivos de que participam. (CALDART, 2001, pg 214)

A Pedagogia do Movimento tem como um de seus pilares principais a ligação entre o que é ensinado e o que é vivido na realidade, tal como na educação popular, acredita-se que o processo pedagógico de formação não pode vir descolado da prática social. O MST propõe em sua pedagogia a preparação de militantes como o diferencial de sua estratégia na luta pela terra<sup>20</sup>, pois o MST não está apenas ocupando terra quando desenvolve uma ação, mas está buscando a formação de um novo tipo de reflexão e compreensão da realidade social, que pretende dotar os sujeitos de indignação e promover um novo olhar sobre a realidade social e as desigualdades. O Movimento propõe a construção de novas formas de sociabilidade nos espaços por ele organizados, fundado em novos valores de coletividade, defendidos pela organização do movimento. Tudo isso é contemplado na dimensão pedagógica pelo modo de fazer educação do MST.

Os Sem Terra tem o movimento social como horizonte central para a organização das distintas bases pedagógicas que são articuladas para a materialização de seu projeto de educação enquanto formação humana. A luta de classes aplicada ao cotidiano do Movimento aparece como eixo direcionador e coesionador de todas as iniciativas de preparação de militantes desenvolvidas em seu interior, seja em cursos de educação formal ou em espaços específicos para a formação de militantes<sup>21</sup>. Independentemente do objetivo do espaço pedagógico, existe a busca pelo entrelaçamento entre a realidade social e a ideia de efetivação de práticas revolucionárias. Conjuntamente às demais práticas do Movimento, elas ensejam a reflexão sobre um novo paradigma de vida e associação entre os sujeitos, partindo da premissa básica de que eles são/estão deslocados da realidade social hegemônica. A relação entre o conhecimento pedagógico e a prática militante a partir de inspirações revolucionárias aparece como uma das sínteses possíveis para avaliar a Pedagogia do Movimento.

---

<sup>20</sup> Sobre os múltiplos usos e apropriações do termo “terra” no pensamento social brasileiro, ver: MAIA, 2008.

<sup>21</sup> Nos trabalhos de Guedes (2006, 2008) e em artigo de Maria da Glória Gohn (2006) são apresentadas as características da preparação de militantes enquanto processo de organização interna da organização e de geração de coesão entre os militantes em torno de um projeto identitário comum.

Na experiência pedagógica do MST, a luta social aparece como base da educação dos Sem Terra, exatamente porque aciona o movimento como princípio educativo, e se mistura com outros processos básicos ou potencialmente (con)formadores do ser humano: a relação com a terra, o trabalho, a construção de novas relações sociais de produção no campo, a vida cotidiana em uma coletividade, a cultura, a história, o estudo... (CALDART, 2001, pg 219)

Caldart defende uma organização pedagógica para as ações educativas do movimento que se fundamente no fluxo da história e das demandas dos membros da organização, defendendo assim que o Movimento também seja um elemento fundamental, pois toda a prática educativa se desenvolve a partir da noção de que o Sem Terra deve ocupar os espaços públicos e demandar ainda maior acesso aos recursos públicos que lhes são negados, especialmente no que tange ao direito básico a uma educação que possa suprir suas demandas<sup>22</sup>.

O MST forma os Sem Terra colocando-os em movimento, o que quer dizer, em ação permanente; ações da dinâmica de uma luta social: ocupações, acampamentos, marchas, manifestações de solidariedade, construção de uma nova forma de vida nos assentamentos, conquista de escolas, atividades de formação... É pela ação que vão aprendendo que *nada é impossível de mudar*, nem mesmo as pessoas, seu jeito, sua postura, seu modo de vida, seus valores. (CALDART, 2003, pg 54)

A mística, de acordo com Caldart (2001), aparece como elemento central no processo de formação de identidade e de coesão entre a origem social dos Sem Terra e a articulação de um projeto que busca a transformação da sociedade. A partir dela, são lembrados de forma lúdica alguns dos aspectos centrais que animam a luta dos Sem Terra<sup>23</sup>. Ao cultivar a mística em seus espaços coletivos, o MST pretende além de animar a militância, cultivar uma prática humanista, onde podem ser valorizadas a criatividade e o espírito coletivo dos Sem Terra.

---

<sup>22</sup> Sobre a questão pedagógica, pode-se ver na tese de doutorado de Leila Floresta (2006), também na área de educação, o desenvolvimento da pedagogia do MST, que se inicia no processo de formação construído em acampamentos e se desenvolve, juntamente com o movimento, até a elaboração do projeto da ENFF, ainda no fim dos anos de 1990.

<sup>23</sup> Tratando da importância da formação, relacionada à mística dos Sem Terra, também se destaca a dissertação de mestrado em educação de Medeiros (2002), que trata especificamente da dimensão da mística enquanto espaço de formação.

O MAB, tal como o MST defende a prática como elemento fundamental para pensar suas iniciativas pedagógicas. Compreendemos que a partir dessa relação entre realidade e teoria desenvolve-se uma práxis característica da Pedagogia do Movimento desenvolvida no MST, e que é apropriada pelos Atingidos. Nessa lógica de preparação de militantes pretende-se que os envolvidos sejam capazes de reavaliar suas ações e planejar suas iniciativas a partir de um laço de pertencimento com o movimento social, que se desenvolve com a prática pedagógica.

Para as ações de educação e organização realizadas no MAB, a relação com a realidade dos atingidos e militantes elemento fundante do processo pedagógico. É focalizando nessa dimensão que são colocadas as bases dos projetos educativos nos quais Atingidos e Sem Terra se envolvem, e que são compartilhados estrategicamente pelos membros das demais organizações que integram a Via Campesina. É visando transformar, aperfeiçoar ou acrescentar uma prática, e conseqüentemente, um olhar sobre a realidade, os integrantes dessas organizações sociais populares buscam planejar e orientar suas ações pedagógicas.

## **CAPÍTULO 3 – A TURMA INTERNACIONALISTA SIMÓN BOLÍVAR**

### **3.1 O Curso Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo**

O Curso de Extensão/Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo<sup>24</sup> é produto das atividades da Assessoria Técnica e Educacional Meio Ambiente e Barragens (ATEMAB)<sup>25</sup>. Essa assessoria foi criada nos anos 1990 e formalizada institucionalmente dez anos depois, e está associada ao Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN)<sup>26</sup>, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esta breve apresentação nos serve para destacar como se deu a aproximação entre o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e a UFRJ, e em que medida foram criadas as possibilidades para que os Atingidos pudessem contribuir para a formalização de um curso de extensão/especialização oferecido pelo IPPUR/UFRJ.<sup>27</sup>

Ao longo dos anos, através de atividades de pesquisa que colocavam a ATEMAB em estreito contato com as realidades das populações atingidas e suas organizações, foi sendo desenvolvida a relação entre o instituto de pesquisa ligado a universidade e o MAB. Com a gradativa aproximação entre os pesquisadores e os Atingidos, começaram a surgir demandas de assessoria e consultoria, tanto na área educacional, quanto na área estritamente técnica, em questões que dizem respeito aos territórios atingidos.

---

<sup>24</sup> Para maiores informações e detalhes a respeito: <http://www.ettern.ippur.ufrj.br/projetos-em-andamento/9/curso-de-extensao-e-especializacao-em-energia-e-sociedade-no-capitalismo-contemporaneo>

<sup>25</sup> Para maiores informações e detalhes a respeito: <http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/>

<sup>26</sup> Para maiores informações e detalhes a respeito: <http://www.ettern.ippur.ufrj.br/>

<sup>27</sup> Todas as informações obtidas sobre o curso foram extraídas dos documentos internos utilizados no processo de formalização junto a UFRJ e da observação participante realizada durante a realização de uma das turmas do curso.

No que se refere ao aspecto pedagógico, a ATEMAB tratava da promoção de cursos, palestras, e da elaboração de materiais didáticos, já na área técnica, atuava na avaliação de estudos e relatórios de impacto ambiental, oferecia assessoria em processos de negociação, e demais atividades demandadas pelas populações organizadas. Com a consolidação das relações entre essas populações e a Universidade, que chegava até elas por intermédio das ações dos pesquisadores da ATEMAB, foi possível identificar um significativo potencial acadêmico na execução das atividades de assessoria, nas áreas de pesquisa, ensino e extensão universitária. Deste modo foi pensado e conduzido o processo de formalização da ATEMAB como uma linha de trabalho específica do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do IPPUR/UFRJ.

O Movimento dos Atingidos por Barragens ao longo dos seus anos de atuação afirmou-se como um dos grandes atores no campo da definição de políticas, planos e projetos do Setor Elétrico brasileiro, sendo reconhecido neste setor por seus principais mediadores, a Eletrobrás, as empresas elétricas, o Ministério de Minas e Energia, e também por outras agências envolvidas neste setor, onde também se destaca o IBAMA, entre outras. Em escala internacional, os Atingidos se articulam com o Dams and Development Forum/United Nations Environment Program, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial, e também com outras agências multilaterais. O MAB integra a Via Campesina e se articula com várias redes e movimentos internacionais voltados para a questão ambiental e para a defesa dos direitos humanos, notadamente a Coordenação Latino-Americana de Organizações Camponesas (CLOC), a Rede Latino-Americana de Represas, e o International Committee on Dams, Rivers and People. Tais informações são relevantes para que fique evidenciada a importância da Organização que atua colaborativamente à UFRJ para a realização do curso de extensão/especialização. Esses dados nos servem também para que possamos destacar a importância da articulação dos Atingidos e sua influência na elaboração e execução das políticas públicas para o Setor Energético no Brasil. Em igual medida, é importante destacar a atuação internacional do MAB, na medida em que as turmas do curso de extensão/especialização possuem também integrantes oriundos de outros países e organizações. Tal padrão de composição de turmas, com militantes de outros países e organizações, deve-se especialmente a rede de articulações desenvolvida pelos Atingidos.

Embora apresente significativa representatividade entre as populações atingidas e importância social e política entre as organizações populares de massas que se organizam sob a bandeira do acesso a terra e reforma agrária no Brasil, o MAB conta com escassos recursos científicos e técnicos para atuar na defesa dos direitos das populações atingidas, tal como expresso em sua proposta inicial de organização, visando à representação dos Atingidos (IPPUR, 2008). As iniciativas de assessoria técnica e científica oferecidas ao Movimento têm sido desempenhadas por outras organizações, sindicatos, instituições sem fins lucrativos, e demais aliados dos Atingidos, como pesquisadores e instituições de ensino e pesquisa.

Expressando as desigualdades da sociedade brasileira em termos de acesso ao conhecimento científico e técnico, a base social e a imensa maioria das lideranças do MAB padecem de enormes carências seja para se apropriar dos documentos referentes à política energética e aos projetos hidrelétricos, seja para discutir e negociar com os técnicos e consultores das empresas, sendo elas públicas ou privadas, responsáveis pela execução de grandes projetos energéticos (IPPUR, 2008). Tal argumento é defendido pela organização do curso de extensão/especialização a fim de fundamentar a escolha do público alvo e os objetivos colocados para o curso. A profissionalização dos militantes também é uma demanda proposta pela coordenação nacional do MAB, e este curso faz parte do esforço desempenhado pelas lideranças e parceiros dessa Organização para a promoção de atividades educativas que contemplem a base social do Movimento, oferecendo um tipo específico de formação, que esteja de acordo com as práticas, idéias, valores e demandas defendidas pelos Atingidos.

A ATEMAB constitui a ponte entre o MAB e a UFRJ e atua junto aos Atingidos buscando reduzir as desigualdades de acesso à informação. Ela se propõe a contribuir na formação das populações atingidas e suas organizações, a fim de que possam compreender e operar com o conhecimento científico e técnico na defesa de seus direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. O curso de extensão/especialização é fruto dessa relação mediada entre o movimento e a UFRJ, no esforço de promover o acesso à educação aos integrantes da base social e as lideranças do MAB e das demais organizações ligadas a Via campesina.

A demanda do MAB por formação para seus militantes tem se intensificado, tendo como referência o projeto construído pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais

Sem Terra, cujo modelo se materializa a partir da inauguração da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). Tendo o projeto e a prática do MST como ponto de referência no campo das organizações sociais populares, o MAB, através de um longo processo de interlocução, solicitou à ATEMAB e ao IPPUR que promovessem, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, um curso de especialização/extensão, o Curso Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo.

O Curso de Extensão/Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo é oferecido para 80 estudantes<sup>28</sup>, vindos de todas as regiões do país, sendo aproximadamente 40 deles militantes do MAB, e os demais militantes de outras organizações populares (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento de Pequenos Agricultores, Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, e organizações provenientes de outros países, e demais que se articulam na Via Campesina), com o objetivo de socializar experiências, tal como é feito nas atividades da ENFF. Também são convidados para participar do Curso, integrantes de organizações sindicais ligadas aos trabalhadores do setor energético. Os sindicalistas são, assim como os demais estudantes do curso, oriundos de diferentes regiões do país, e também do exterior, de países onde o MAB construiu articulações<sup>29</sup>.

O ingresso no curso de extensão/especialização é feito a partir da indicação feita pelos movimentos sociais e demais organizações que tenham algum tipo de vinculação à Via campesina e ao MAB. A partir da indicação, os pretendentes são submetidos a um processo de seleção, conforme previsto em edital específico, lançado anteriormente a abertura de cada turma. Isso ocorre por se tratar de um processo seletivo para ingresso em um curso de educação formal, oferecido por uma instituição federal de ensino superior.

Esse curso formal é oferecido com o objetivo de ampliar o acesso das organizações da sociedade civil e dos movimentos populares aos espaços estabelecidos de construção de conhecimento científico-acadêmico, acolhendo militantes e lideranças de organizações populares no espaço e ambiente universitário (IPPUR, 2008). Pretendendo assim, contribuir para a capacitação de integrantes de movimentos populares, aprofundando o conhecimento sobre as relações entre energia, meio ambiente

---

<sup>28</sup> De acordo com os dados apresentados no programa do curso (IPPUR, 2008).

<sup>29</sup> Sobre as articulações internacionais da Via Campesina, ver: VIEIRA, 2008.

e sociedade no capitalismo contemporâneo. O curso conta com o apoio institucional e financeiro do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e, na UFRJ, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da Pró-Reitoria de Extensão (PR5) e da Escola de Educação Física e Desportos (EFFD).

O curso promovido pelo IPPUR se estabelece com o objetivo de aprofundar as interações entre a universidade e os movimentos populares, através da formação de especialistas que, enraizados nos movimentos populares e comunitários, possam estar aptos para realizar diagnósticos e equacionar problemas relacionados às dimensões sociais, ambientais e políticas dos processos de geração, transmissão e distribuição de energia (IPPUR, 2008). Para tal, o curso é elaborado de maneira que favoreça o contato dos alunos com conceitos e teorias, que possam contribuir para que os estudantes desenvolvam novas perspectivas a respeito dos processos e conflitos sociais contemporâneos. Buscando sanar possíveis dificuldades de compreensão, geradas pela disparidade no grau de escolaridade existente entre os estudantes que participam do curso, existe um esforço para colocá-los em contato com informações e análises acerca de processos que marcaram a história contemporânea

Buscando capacitar os estudantes para operar com o conhecimento científico e técnico na defesa de seus direitos econômicos, sociais, culturais, ambientais e também capacitá-los para que possam compreender as lógicas e dinâmicas que estruturam a produção, distribuição e consumo de energia na sociedade contemporânea, faz-se necessária uma metodologia específica, que atenda as demandas específicas do público (IPPUR, 2008). Por conta desta necessidade, é preciso experimentar e desenvolver técnicas e procedimentos pedagógicos que contribuam para mobilizar a experiência e os conhecimentos que trazem os estudantes, num processo que busca uma relação de trocas entre teoria e prática, entre os estudantes e entre eles e os professores.

O curso de extensão/especialização é composto por quatro eixos temáticos transversais, cada um deles sendo constituído por quatro disciplinas. Seguindo essa estrutura, o curso é ofertado em quatro etapas, cada uma delas com duração de duas semanas cada. A cada etapa são ministradas quatro disciplinas, uma de cada eixo temático. O formato estabelecido, que define a oferta do curso em quatro etapas, responde às condições concretas dos estudantes que, vindos do país inteiro, e em sua grande maioria estão inseridos em atividades produtivas específicas em sua região, não



poderiam permanecer por longos períodos longe de suas casas e ocupações regulares (IPPUR, 2008).

O percurso formativo do curso se desenvolve entorno da realização de quatro etapas presenciais, cada uma com duração de duas semanas, e realizadas sempre no período de férias escolares da UFRJ, pois a turma fica alojada nas instalações da universidade. Em cada uma dessas etapas de quinze dias, são ministradas quatro disciplinas, cada uma delas com carga horária de dezesseis horas.

Além das quatro etapas presenciais, realizadas em períodos de férias escolares da universidade, o curso compreende um processo contínuo de dois anos de formação. Para isso é adotado o regime de alternância, já amplamente aplicado em outras experiências universitárias de interface com os movimentos sociais. Seguindo esta metodologia, pretende-se que os estudantes possam refletir sobre os temas trabalhados no curso também nos meses em que estão fora da universidade (tempo-comunidade). Da mesma forma, temas e situações vivenciados na militância dos estudantes serão trazidos à reflexão nas etapas presenciais (tempo-escola).

O tempo destinado aos componentes curriculares previstos é de oito horas diárias, durante as quais são realizadas aulas expositivas, trabalhos em grupo, leituras, e quaisquer outras atividades pedagógicas propostas. É reservado o turno da noite para a realização das Atividades Curriculares Complementares, que são compostas por estudos dirigidos individuais e em grupos, projeção de filmes seguida de debates, e outras atividades de apoio ao processo de aprendizado.

No total o curso apresenta uma carga horária total de trezentas e oitenta e quatro horas, sendo duzentas e cinquenta e seis horas de aulas, dezesseis disciplinas distribuídas em dezesseis horas-aula cada, e cento e vinte e oito horas de atividades curriculares complementares, distribuídas em trinta e duas horas por cada uma das quatro etapas. A integração das diferentes atividades, o conteúdo dos cursos, cronogramas e processos avaliativos são debatidos na coordenação do curso, que compreende a coordenação do curso na universidade, composta pela ATEMAB/ETTERN/IPPUR/UFRJ, e a coordenação do curso nos movimento sociais, a cargo do MAB. A segunda turma do curso de extensão/especialização teve início com a

1ª etapa em julho de 2010, a 2ª em janeiro de 2011, a 3ª em julho de 2011 e a 4ª em janeiro de 2012.

No quadro a seguir apresento a estrutura do Curso de Extensão/Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo, onde são apontadas as diretrizes de trabalho para as disciplinas ministradas durante o tempo escola.

**Tabela 1. Fonte: IPPUR, 2008**

<b>Etapas/ Eixos</b>	<b>1ª Etapa Teórico- conceitual</b>	<b>2ª Etapa Histórica 1</b>	<b>3ª Etapa Histórica 2</b>	<b>4ª Etapa Política</b>
<b>Eixo Temático 1: Elementos de Economia Política</b>	Princípios básicos da economia política	Imperialismo e outras teorias sobre o capitalismo mundial	Social democracia e o “Estado de Bem-estar”	Globalização, neoliberalismo e o Estado contemporâneo
<b>Eixo Temático 2: Economia Política do Meio Ambiente</b>	Sociedade e natureza	A produção capitalista da natureza e da escassez	Tecnologia e natureza nas relações sociais	Movimentos populares e justiça ambiental
<b>Eixo Temático 3: Economia Política da Energia</b>	O que é energia?	História da energia	Energia e Setor Elétrico no Brasil	O Setor Elétrico hoje – modelo e alternativas
<b>Eixo Temático 4: Estado e Classes Sociais</b>	Estado e classes na sociedade moderna	Estado e Revoluções I	Estado e Revoluções II	Estado e classes na sociedade contemporânea

De acordo com o tipo de organização dos conteúdos, estruturado pela coordenação do curso, a divisão em eixos temáticos apresenta papel fundamental para que possamos compreender os objetivos pretendidos com a construção deste processo formativo. Cabe destacar novamente o caráter de co-participação entre a coordenação do curso ligada ao MAB e a UFRJ na construção e execução dessa proposta pedagógica.

Os eixos são indicações temáticas que perpassam e orientam a condução das disciplinas contidas em cada um deles. Tendo a economia política como elemento condutor em todos eles, os quatro eixos temáticos são um ponto referencial para os debates apresentados em cada matéria oferecida ao longo das etapas, de modo a manter claras as perspectivas a respeito dos temas elencados pela coordenação.

O primeiro desses eixos, intitulado “Elementos de Economia Política”, é, assim como os demais, integrado por quatro disciplinas. São elas, “Princípios básicos da economia política”, “Imperialismo e outras teorias sobre o capitalismo mundial”, “Social democracia e o ‘Estado de Bem-Estar’”, e “Globalização, neoliberalismo e o Estado contemporâneo”, oferecidas sucessivamente da primeira à quarta etapa.

As etapas em que o curso é oferecido são concebidas como uma oferta combinada de disciplinas dos eixos. Além disso, também pensadas como uma forma de articulação e diálogo entre as várias disciplinas. Assim, a primeira etapa enfatiza, em cada uma das disciplinas, o aspecto teórico-conceitual. A segunda e terceira etapas enfatizam o aspecto histórico, e a última etapa o aspecto político de cada um dos temas propostos nos eixos (IPPUR, 2008). Vale destacar que a classificação numérica dos eixos não representa uma distribuição hierárquica entre eles. A oferta das disciplinas de cada eixo ao longo das etapas do curso não segue necessariamente a ordem apresentada na classificação dos eixos. Ou seja, a ordem das disciplinas oferecidas em cada etapa não é rígida, tendo em vista os diferentes condicionantes envolvidos para a oferta de cada uma delas, entre eles a disponibilidade dos professores, que atuam de maneira voluntária na oferta das matérias. Cada eixo, embora tenha discussões afins com os demais, é independente, não havendo pré requisitos entre eles. Há entre os eixos apenas a separação por etapas, compondo os aspectos conceituais, históricos e políticos, que também se reflete na oferta das diferentes disciplinas por cada uma das etapas.

### **3.2 Composição das disciplinas no Curso Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo**

Cada uma das disciplinas oferecidas no curso possui, de acordo com o programa encaminhado à UFRJ para institucionalização do curso de extensão/especialização, uma pequena ementa, composta por tópicos, onde são delimitadas as temáticas que são trabalhadas nas dezesseis horas de aula, junto ao professor responsável por cada matéria. Para todas as disciplinas é reservado um período de oito horas para a realização de atividades complementares, que variam de acordo com a dinâmica escolhida por cada professor, para que os estudantes possam trabalhar, em grupos ou individualmente, os conteúdos necessários ao desenvolvimento de cada disciplina.

Na disciplina “Princípios básicos da economia política”, são apresentados os fundamentos da economia política, introduzida a partir da teoria do valor-trabalho, tal como foi descrita por Marx, abarcando alguns dos aspectos teóricos fundamentais expressos de sua obra, tais como mercadoria, valor e mais-valia (absoluta e relativa). Após a apresentação das bases fundamentais do pensamento de Marx, é feito um maior aprofundamento conceitual, onde a partir da leitura de trechos selecionados do Manifesto do Partido Comunista e de O Capital, são discutidas algumas questões a respeito da contextualização histórica elaborada pelo autor a respeito das manufaturas, pensando a industrialização e o processo de expropriação camponesa, e também a respeito da questão da renda da terra.

Seguindo a ordem proposta a partir da organização do curso por eixos temáticos, a disciplina “Imperialismo e outras teorias sobre o capitalismo mundial”, oferecida no segundo módulo do curso, apresenta um panorama a respeito da repercussão das idéias de Marx até o século XX. Elaborada como uma proposta sintética que reúne grande quantidade de autores e teorias, iniciando com o marxismo clássico e a teoria do imperialismo, passando pela relação entre o pensamento marxista e a teoria do capitalismo dependente, até as perspectivas mais contemporâneas a respeito das teorias da dependência, do subdesenvolvimento, e das reflexões a respeito das teorias de centro/periferia. Nessa disciplina são articulados conceitos elaborados por, Marx, Lenin, Hilferding, Bukharin, Trotski e Mandel, que são apresentados de maneira resumida, a partir de exposições realizadas pelo professor responsável pela disciplina, e também pelo estudo sistemático de textos de apoio, realizado pelos estudantes durante o tempo destinado a realização de atividades complementares.

A disciplina “Social democracia e o ‘Estado de Bem-Estar’” é oferecida no terceiro módulo do curso de extensão/especialização e, tal como a disciplina oferecida na segunda etapa do curso, propõe maior ênfase no aspecto histórico das questões colocadas. Buscando apresentar como se estabeleceu o atual modelo de organização da sociedade, tendo ênfase nos aspectos políticos e econômicos relacionados ao mundo do trabalho, a disciplina apresenta uma abordagem que se inicia com as guerras mundiais e a crise de 1929, passando pela ideia do Estado de Bem-Estar, visitando alguns aspectos do Keynesianismo, para finalmente chegar ao período das conquistas sindicais na

Europa. Apresentado esse panorama é possível apresentar brevemente um apanhado a respeito das conquistas sociais na América Latina.

No último módulo do curso, a disciplina “Globalização, neoliberalismo e o Estado contemporâneo” é a última deste eixo temático a ser oferecida, desenvolvendo com os estudantes algumas reflexões contemporâneas, e de caráter político, a respeito da configuração atual de nossa economia política. Autores como Wallerstein, Samir Amin, Chesnais, Negri, Hardt, Castells e Sassen, são mobilizados nas discussões promovidas pelo professor responsável pela disciplina, e também aparecem referenciados em materiais de apoio oferecidos aos estudantes. Essa fundamentação teórica é desenvolvida, mesmo que de forma incipiente, para promover com os estudantes alguns debates sobre a configuração sócio-política atual, a partir das idéias de sistema mundo, neoliberalismo, crise final capitalista e capitalismo sem centro, pensando a respeito das articulações internacionais de trabalhadores e possibilidades de atuação para transformação da realidade social.

O segundo eixo temático foi elaborado para conduzir as disciplinas que gravitavam em torno da temática “Economia Política do Meio Ambiente”, que foram, assim como as dos demais eixos, oferecidas semestralmente aos estudantes no decorrer dos quatro módulos do curso. Contemplando o aspecto teórico-conceitual, a disciplina “Sociedade e natureza” apresenta debates com caráter introdutório, buscando apresentar a natureza como produto da História. Seguindo essa orientação, busca apresentar uma perspectiva de desnaturalização do mundo, do homem e das categorias de explicação da vida social, visando promover a percepção da construção simbólica da natureza e a crítica do mito da natureza intocada. Nesse sentido, objetiva mostrar uma percepção específica a respeito da relação entre sociedade e espaço, onde os sujeitos possam perceber a integração entre os processos sociais e as transformações da natureza.

Compondo o debate histórico a respeito do tema, estão as disciplinas “A produção capitalista da natureza e da escassez” e “Tecnologia e natureza nas relações sociais”. Na primeira, foi dada prioridade ao modo como se institucionaliza a escassez nas sociedades capitalistas, pensando a respeito da ideologia do desenvolvimento e como a partir desse tipo de percepção da realidade criam-se demandas sucessivas de consumo e produção. Também estabelecendo conexões com as demais disciplinas oferecidas na etapa, nessa, propõe-se para os estudantes o debate a respeito da

autonomia produtiva, pensando a organização de mercados internacionais e a tendência a padronização dos modos de vida. Já na disciplina “Tecnologia e natureza nas relações sociais”, oferecida no terceiro módulo do curso, são pensadas as diversas formas de apropriação material e social da natureza. Para isso é feita também a problematização a respeito do conteúdo social das técnicas, avaliando em que medida a aplicação dos saberes técnicos pode ser apresentada como uma prática isenta, mas inevitavelmente contém um caráter fortemente ideológico. Ainda nessa linha propõe a argumentação sobre a dualidade entre “ambiente de justiça” e “ambiente de mercado”, a fim de refletir a respeito da reificação espacial das questões sociais.

Integrando a discussão política do eixo, a disciplina “Movimentos populares e justiça ambiental” apresenta um panorama sobre as diferentes vertentes do ambientalismo, com centralidade para as vertentes mais tendentes ao campo popular e aos interesses dos trabalhadores. Nessa disciplina têm centralidade as diferentes formas de luta por justiça ambiental, inseridas no contexto maior da atuação em torno de um projeto de transformação da realidade social, que seja favorável a maioria das populações, promovendo uma distribuição mais equitativa dos custos e benefícios socioambientais.

No eixo temático de número três, a temática condutora das disciplinas é denominada “Economia Política da Energia”. Nele são agrupadas as matérias que abordam, sob diferentes matizes, os aspectos referentes à produção e distribuição de energia elétrica. As quatro disciplinas oferecidas ao longo das etapas propõem a problematização a respeito das formas de obtenção e uso da eletricidade, considerando os contornos históricos em que se estabelece a realidade social. Observando as complexidades da ordem social capitalista, as disciplinas desse eixo oferecem uma bagagem conceitual a respeito da geração e consumo de energia elétrica, articulando de maneira acessória e complementar as informações técnicas específicas do setor energético. Embora sejam considerados alguns dados e acúmulos a respeito desse setor, eles são articulados nas disciplinas basicamente para que se possa compreender o contexto de organização do setor energético, no Brasil e no mundo. Buscando pensar a respeito das causas e efeitos das ações desempenhadas pelos variados atores envolvidos nesse setor, propõe-se no eixo temático em questão a reflexão a respeito do impacto direto sob a população.

A primeira disciplina oferecida no terceiro eixo é denominada “O que é energia?”. Nela é feito, tal como nas demais disciplinas oferecidas na primeira etapa do curso, denominada teórica-conceitual, um grande resumo a respeito do tema em questão. Nesse caso, foi trabalhada a questão da energia na história do pensamento e os conceitos básicos da energia (física, mecânica, etc.). Por se tratar de uma introdução, os temas são apresentados de maneira bastante ampla e genérica, havendo grande participação dos estudantes na condução da aula. Os debates sobre o setor elétrico, em específico, são apresentados apenas nas disciplinas oferecidas nos módulos seguintes do curso.

É em “História da energia” que se inicia a discussão sistemática a respeito da questão energética. Por se tratar de uma disciplina oferecida no segundo módulo do curso, existe a orientação programática para que ela contemple os aspectos históricos da questão, assim como nas que são oferecidas no terceiro módulo. Em “História da energia” é apresentado um panorama a respeito da questão da energia no mundo, tendo em conta os processos históricos relacionados à consolidação do capitalismo. Integrando o panorama histórico, são trazidos pela disciplina os dilemas desenvolvidos no século XX, tratando dos temas da consolidação do capitalismo mundial, a questão do petróleo e da energia elétrica, a energia e a lógica do capital financeiro. Somando ao leque de conhecimentos específicos a respeito da energia, são apresentadas em sala colocações sobre legislações e decisões mundiais, e discutidas as experiências dos países socialistas.

Concluindo as etapas históricas desse eixo, “Energia e Setor Elétrico no Brasil” é ministrada no terceiro módulo do curso. Nessa disciplina é feito um panorama sobre a história do setor no Brasil. Nela, tem destaque a atuação das empresas multinacionais durante o final do século XIX e começo do XX, a formação do setor elétrico estatal, com o Código de Águas e o governo Vargas, e a consolidação do setor com a criação das estatais: Eletrobrás, Furnas, Chesf, Eletronorte, Eletrosul. A disciplina abrange também outros temas, desde o endividamento estatal e a fase mega-projetos durante a ditadura militar, até o surgimento de questionamentos ao setor com a redemocratização e criação dos processos de licenciamento ambiental. Aproximando-se dos debates contemporâneos a matéria contempla também aspectos referentes à reestruturação do setor, abarcando a privatização, a criação da ANA e ANEEL, e também os programas e

ações dos governos FHC e Lula. Características do modelo atual de organização do setor energético encerram os debates apresentados na disciplina, tendo em conta a aliança entre os diferentes tipos de capital (empreiteiro, o financeiro) e as indústrias eletrointensivas, apresentando também um panorama a respeito de sua organização. Propõe-se também ao fim da disciplina apontar as debilidades da legislação e dos sistemas de concessão e de licenciamento ambiental, de modo a oferecer um panorama institucional de maior alcance para os estudantes.

A disciplina “O Setor Elétrico hoje – modelo e alternativas”, integra a etapa política deste eixo temático, sendo oferecida apenas ao final do curso de extensão/especialização. Nela, são discutidas as tendências e práticas desenvolvidas a partir da política energética atual no Brasil e no mundo. São pensados também no âmbito dessa matéria, alguns elementos sobre tecnologias alternativas, repotencialização, economia de energia, novos padrões de produção e consumo. Ao fim são pensadas também as possibilidades de integração energética latino-americana, avaliando sucintamente as propostas capitalistas e a proposta da ALBA. De maneira conclusiva são consideradas as disputas por um novo modelo energético em um novo projeto de sociedade, oferecendo assim, possibilidades de reflexão e atuação para os estudantes.

O eixo temático de número quatro, intitulado “Estado e Classes Sociais”, apresenta a mesma composição dos demais, com quatro disciplinas distribuídas ao longo das etapas que integram o tempo escola. Nesse eixo existe uma maior preocupação com a fundamentação teórica e com a contextualização histórica, tendo em vista que ele apresenta uma discussão que, embora faça parte do cotidiano dos estudantes, apresenta grande densidade teórica e metodológica.

Na disciplina “Estado e classes na sociedade moderna” é oferecida a base teórica metodológica que fundamenta o eixo temático em que ela está inserida. A combinação das disciplinas que tem ênfase no aspecto teórico metodológico de cada tópico fundamental elencado para o curso, e sua aglutinação na primeira etapa do curso no tempo escola, permite que o estudante possa se preparar para as demais discussões que serão propostas nas outras etapas do curso. No caso específico dessa disciplina do quarto bloco, é feito um grande esforço de síntese, a fim de apresentar aos estudantes alguns aspectos centrais de autores clássicos, herdeiros da tradição marxista e



considerados como relevantes pela coordenação do curso. Os autores elencados como referência para esta disciplina são Marx, Engels, Lênin, Gramsci, Rosa de Luxemburgo, Althusser, Lukács, Poulantzas, Barrington Moore e Perry Anderson. A partir da seleção de algumas obras desses autores, é feita uma grande síntese pelos professores, a fim de apresentar algumas noções a respeito de classe e estratificação social, e sobre a formação do Estado moderno, considerando as noções de poder e hegemonia, e apresentando de modo conjunto as críticas elaboradas pelos autores da Escola de Frankfurt. Em caráter conclusivo são colocadas, de modo resumido, algumas noções acerca das formas de organização de classe, considerando a organização partidária, os sindicatos e os movimentos sociais.

Integrando a segunda e terceira etapas do curso de extensão/especialização, as disciplinas “Estado e Revoluções I e II” contemplam a discussão histórica proposta para este eixo, destinado ao estudo sobre a composição das classes e a organização do Estado, de acordo com a interpretação marxista. Essas duas disciplinas homônimas pretendem oferecer um amplo panorama acerca de alguns dos processos políticos revolucionários considerados mais relevantes no século XX, oferecendo também uma breve retrospectiva dos temas apresentados na disciplina anterior, que integra esse mesmo eixo temático.

Em “Estado e Revoluções I” buscam-se, considerando o percurso da Revolução Francesa e as revoluções de 1848, pensar a respeito dos processos revolucionários de base popular ocorridos entre os séculos XIX e XX, especialmente a Comuna de Paris, e posteriormente, o processo revolucionário russo de 1905/1917. De forma sintética, também são apresentados os casos das chamadas revoluções fracassadas de Hungria e Alemanha. Embora haja um grande volume conceitual nas perspectivas propostas para a oferta dessa disciplina do curso, as aulas apresentam maior centralidade na questão política e estratégica de cada fato histórico apresentado. As discussões promovidas com os estudantes durante as aulas, e também nos horários destinados a realização de atividades complementares, fundamentam-se na questão ideológica e processual de seu cotidiano, não sendo cultivado nenhum apelo teoricista entre os participantes do curso.

Na terceira etapa do curso, compreendendo ainda o percurso de formação sobre a questão histórica da proposta temática de cada eixo, está alocada a disciplina “Estado e Revoluções II”. Nela é feita a continuação da proposta desenvolvida na primeira etapa

da disciplina, considerando processos revolucionários ocorridos no século XX, concluindo assim a etapa histórica do curso, e oferecendo subsídios para as discussões que foram oferecidas na etapa seguinte. Essa matéria do curso começa promovendo um breve resgate das idéias apresentadas na etapa anterior para, a partir disso, iniciar as colocações sobre a Revolução Chinesa. Avançando um pouco mais na história, a disciplina abarca também os acontecimentos de Maio de 1968, avaliando seus reflexos na Europa, os fatos decorrentes da guerra promovida no Vietnã, e também os aspectos políticos e sociais da Primavera de Praga. Pensando ainda em oferecer um panorama histórico e fundamentar as idéias políticas desenvolvidas no curso, essa matéria busca pensar a respeito da questão latino-americana. São visitados os exemplos da revolução cubana, as guerrilhas dos anos 1960/70, o caso da Nicarágua, e também do Chile. De maneira sucinta, é trabalhada ao fim da disciplina a temática da descolonização em países do continente africano, especialmente o caso de Argélia, Congo, Angola, Moçambique, e Zimbábue.

Ainda que de maneira aligeirada e sintética, os diferentes professores responsáveis por cada uma das disciplinas oferecidas no curso de extensão/especialização buscam oferecer aos estudantes algum contato com as discussões propostas nos extensos programas de cada disciplina, considerando o prazo de dois dias para o desenvolvimento de cada uma. As leituras e atividades desenvolvidas fora do horário de aula, durante o tempo escola, são fundamentais para que os estudantes possam se aproximar dos debates realizados em sala. O entrosamento entre os integrantes da turma favorece a participação dos estudantes nas aulas, de modo que as problematizações feitas em grupo por eles possam ser incorporadas pelo professor na dinâmica de condução da aula.

A última disciplina desse eixo temático é “Estado e classes na sociedade contemporânea”. Nela são apresentados debates que são muito presentes na vida de grande parte dos estudantes do curso. Com enfoque contemporâneo a disciplina aborda o processo de formação dos movimentos anti-globalização, considerando suas idéias e propostas. Também é apresentado nesta disciplina um panorama a respeito da Via Campesina, e de outras organizações internacionais de trabalhadores. A questão da articulação internacional dos trabalhadores do campo e da cidade é a base dos debates apresentados nessa disciplina. São pensadas também quais as perspectivas a partir da ideia de composição da América Latina hoje, avaliando a trajetórias e possibilidades políticas e organizativas para o século XXI, em termos da integração dos movimentos

de trabalhadores e também a respeito da atual configuração da política eleitoral.

As disciplinas apresentadas brevemente acima integram apenas uma parte do processo de formação oferecido pelo “Curso Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo”. Como nos demais cursos de educação formal, o desempenho dos estudantes é avaliado pelos professores e demais integrantes da equipe pedagógica, havendo assim requisitos para que o estudante possa continuar suas atividades na turma. Tal como nos espaços educativos formais oferecidos por instituições públicas de ensino, o estudante necessita da aprovação em cada uma das disciplinas oferecidas para prosseguir para as próximas. No curso, os estudantes são considerados aprovados desde que obtenham conceito A, B ou C em cada disciplina (sendo no máximo quatro disciplinas com conceito C), e recebam conceito A ou B em seus trabalhos finais. Metodologias de avaliação e atribuição de notas são da responsabilidade de cada professor em sua disciplina, construída, entretanto, em conjunto com a coordenação pedagógica. No processo de avaliação do desempenho dos estudantes, no curso como um todo, são consideradas igualmente as avaliações resultantes da aplicação de metodologias de auto-avaliação e também a avaliação pelo coletivo discente, sejam elas realizadas de maneira individual ou coletiva.

Para concluir o processo formativo e obter o certificado de conclusão, todos os estudantes deverão elaborar um trabalho de final de curso. Até o final da segunda etapa, eles deverão escolher o tema de seu trabalho final, e indicar um professor orientador. Na quarta etapa ocorre a apresentação de um trabalho final. A coordenação do curso organizou uma equipe de professores-orientadores que se dispõem a encontrar a turma a partir da segunda etapa do curso, para que juntos tenham momentos de reflexão metodológica. Estes professores, junto com a coordenação pedagógica, também ficam responsáveis por dar continuidade ao processo de orientação no tempo-comunidade através de contatos eletrônicos. Assim sendo, o processo de escolha do tema e de produção do trabalho final é acompanhado pela coordenação pedagógica e discutido com toda a turma, inclusive as possibilidades de formato para o trabalho. Na finalização desse processo, o trabalho final é avaliado por uma banca examinadora, composta por três professores, escolhida pela coordenação. No dia da apresentação do trabalho final do curso, as produções dos autores são agrupadas em mesas temáticas, de forma a possibilitar uma avaliação ao mesmo tempo individual e coletiva, socializando as experiências de elaboração vivenciadas por cada um dos estudantes.

A seguir, apresento, com maior detalhamento, e de acordo com os parâmetros

estabelecidos pela coordenação do curso para a confecção do trabalho de conclusão de curso (TCC), as etapas da proposta de formulação e avaliação de TCC's, desenvolvida e aplicada na segunda turma do Curso de Extensão/Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo.

### **3.3 Parâmetros para a elaboração dos Trabalhos de Conclusão do Curso**

Para a construção dos trabalhos finais dos estudantes foi elaborada uma proposta, a partir do acúmulo de experiências que o Movimento dos Atingidos por Barragens já possui, fruto de discussões com estudantes, professores e coordenação pedagógica, sobre o trabalho de conclusão do curso (TCC) de especialização e extensão Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo. Tal proposta também reflete as experiências que têm os movimentos sociais em torno da confecção de trabalhos de conclusão dos cursos realizados por escolas e universidades em parceria com esses movimentos. Ela foi pensada a partir da premissa que o TCC deve ser debatido e construído coletivamente, buscando avançar na construção de conhecimento e na capacidade de elaboração individual e coletiva dos estudantes, fundamentando-se na prática da pesquisa, estudo e síntese, considerado as temáticas da realidade de atuação dos movimentos sociais. Pretende-se que os trabalhos tenham utilidade e importância técnica-política para as organizações nas quais estão inseridos os estudantes do curso, tendo em conta também os objetivos gerais propostos no planejamento do curso de extensão/especialização.

Pretende-se que os trabalhos sejam relacionados à temática central do curso. Assim sendo, parte-se do princípio que ao estudarem, pesquisarem e elaborarem trabalhos sobre essa temática, os educandos estarão mais bem preparados para contribuir com o debate acerca da questão energética em suas organizações e demais espaços de atuação. De tal modo, são justificados também os objetivos pelos quais os militantes estão inseridos no curso, buscando, enquanto estudantes, transmitir e construir novos conhecimentos em sua comunidade, atuando integralmente com suas organizações. Cabe ressaltar que em muitos casos, percebidos em outras experiências de ensino, o processo de elaboração do trabalho final gerou dificuldades consideráveis aos estudantes, especialmente aqueles que não foram habituados a lidar com a formação acadêmica, e suas especificidades e demandas de leitura e escrita.

Considera-se que os trabalhos de conclusão, embora devam estar adequados às normas e parâmetros acadêmicos vigentes, devam ser considerados primeiramente enquanto instrumentos políticos para os estudantes. Concebendo a formação acadêmica dos participantes enquanto elemento de preparação militante, apresentando com isso vinculação com a organização estratégica dos militantes e suas organizações, a organização e apresentação das idéias de acordo com o rigor acadêmico, embora indispensável, não é o aspecto fundamental na elaboração e avaliação dos trabalhos de conclusão.

As diretrizes que orientam os estudantes para a elaboração de seus trabalhos de conclusão são apresentadas de modo objetivo para eles. Expressas na “Proposta político-metodológica do trabalho de conclusão do Curso de Extensão / Especialização Energia e sociedade no Capitalismo Contemporâneo”, documento interno elaborado pela coordenação do curso, as orientações para a elaboração do trabalho de conclusão estão desenvolvidas abaixo, para que possamos compreender algumas questões referentes à confecção do produto final desenvolvido por cada um dos estudantes ao fim do processo formativo. Vale deixar claro que, cumpridos todos os requisitos exigidos, ao término do Curso de Extensão/Especialização, aos estudantes concluintes portadores de um diploma de nível superior, será concedido o título de especialista, e aos demais, que não possuem graduação, é dado o certificado de curso de extensão.

Busca-se, de acordo com as orientações do documento (IPPUR, 2008), que nos TCC's sejam contempladas algumas reflexões a respeito da questão energética, e/ou tragam elementos acerca do estudo da história e da organização do Estado, bem como a das estratégias de expansão e atuação de empresas, nacionais e internacionais.

Pretende-se que os trabalhos desenvolvidos e as idéias neles contidas, contribuam com a práxis política das organizações e movimentos aos quais os estudantes estão ligados. Ao estudar as grandes empresas e o Estado, caracterizados na proposta de construção dos trabalhos de conclusão do curso de extensão/especialização como “nossos inimigos”, pretende-se compreender como eles se articulam, e quais os agentes envolvidos em suas negociações. Assim sendo, de acordo com as orientações para a elaboração dos trabalhos de conclusão, fica exposto a priori o caráter revolucionário em que devem ser fundamentadas as idéias desenvolvidas pelos estudantes.

Com essa diretriz fica proposta uma linha de reflexão que, em princípio, aposta na deslegitimação das diversas formas de interlocução e atuação junto ao Estado e ao setor empresarial. Por tratar-se de um espaço de formação acadêmica oferecido para militantes, no curso, o esforço de leitura e compreensão da realidade, visa favorecer a formação de uma capacidade de interpretação mais autônoma da realidade, buscando oferecer aos estudantes e suas organizações um maior empoderamento. Assim, buscando eliminar a necessidade de mediadores para a interlocução entre as organizações e os demais atores e grupos sociais, pretende-se que os estudantes tenham conhecimento a respeito das formas de organização desses atores. Tal conhecimento deve ser demonstrado nos trabalhos de conclusão, visto que o diálogo entre as organizações e os demais setores da sociedade passa, de forma gradual, a depender da capacidade de mensuração estratégica de cada uma delas, a fim de avaliar em quais setores a aproximação e o diálogo são mais ou menos favoráveis e necessários.

Nas orientações para a formulação dos trabalhos de conclusão de curso está expresso o caminho para que os trabalhos possam contemplar a temática central do curso, que é a questão energética. Compreendendo a forma de abordagem oferecida aos estudantes durante as etapas do tempo escola, tal diretriz indica uma percepção ampliada da questão da energia, onde diferentes elementos da vida social estão relacionados à organização do setor energético. Logo, as possibilidades e inserção na temática são muito variadas.

As orientações também ressaltam que os trabalhos devam ser elaborados visando uma estratégia de atuação neste campo, que pense na construção de um novo modelo energético. Deste modo, mais uma vez é exposta uma interpretação da realidade onde são defendidos ideais de desconstrução da realidade estabelecida, propondo-se que os estudantes repensem a respeito do modo como se organiza o setor energético e também todas as estruturas da sociedade. Tal interpretação, que é defendida nas aulas, deve ser aplicada e desenvolvida pelos estudantes em seus trabalhos, permitindo assim que se aprofundem os debates nas organizações e movimentos, mas também no próprio curso, tendo as contribuições dos estudantes como baliza. De acordo com as orientações, os trabalhos construídos devem ter relevância política para as organizações e movimentos sociais, para que possam servir na publicação de materiais de estudo e reflexão dos movimentos caso seja pertinente.

No que diz respeito à estrutura do trabalho de conclusão de curso desenvolvido pelos estudantes, ele possui o formato de um artigo, desenvolvido a partir de um tema escolhido por cada um dos estudantes, em diálogo com suas organizações e com a coordenação pedagógica do curso. Os trabalhos de conclusão são estruturados basicamente em seis partes, capa, introdução, desenvolvimento, conclusão, indicações político-pedagógicas e bibliografia. Seguindo essa estrutura básica, a capa deve conter os elementos de identificação do trabalho em si, do autor, do orientador e da instituição de ensino. Na introdução e no desenvolvimento são feitas a apresentação do objeto de estudo, objetivos e justificativa da pesquisa, e a fundamentação teórica com análise e interpretação da realidade. A conclusão traz os resultados obtidos com a pesquisa, as afirmações, apontamentos e propostas possíveis a partir dos estudos, enquanto a construção das indicações político-pedagógicas aponta para as questões práticas apontadas pelo estudante. Nela são descritas as possíveis formas de aprofundamento do tema, os modos de utilização do trabalho na prática militante e de formação política, podendo ser acrescentados também materiais complementares sobre o tema, sejam eles tanto de autoria do estudante que fez o trabalho, como de outros autores. Na bibliografia devem ser apresentadas, de acordo com os parâmetros de formatação, as referências bibliográficas e fontes utilizadas na pesquisa.

O modo como os trabalhos são desenvolvidos pelos estudantes é discutido com a coordenação e o professor responsável pela orientação de maneira gradual e contínua ao longo do curso, durante o tempo escola e o tempo comunidade. Para isso, a coordenação do curso organiza uma equipe de professores-orientadores que possa colaborar de maneira voluntária com a turma na construção do trabalho de cada estudante. Os professores têm o papel de contribuir nas reflexões metodológicas do trabalho, na sugestão e indicação de bibliografias, conteúdos, e demais materiais envolvendo os temas estudados pelos estudantes. Esses professores, junto com a coordenação pedagógica, também ficam responsáveis por dar continuidade ao processo de orientação no tempo-comunidade através do contato mediado por diferentes meios de comunicação, sejam cartas, ligações ou contatos via internet.

Os métodos de acompanhamento da construção dos trabalhos finais são organizados e desenvolvidos de maneira coletiva, através de grupos formados pelos estudantes a partir das temáticas de interesse de cada um. Posteriormente os estudantes que possuem afinidades e semelhanças entre suas temáticas são agrupados, com o objetivo de proporcionar reflexões coletivas, mediadas pelos professores.

A confecção dos trabalhos segue um cronograma estipulado pela coordenação do curso, onde, tendo como base as quatro etapas em que se organiza o tempo escola, são distribuídas também as tarefas referentes à construção dos trabalhos. Na primeira etapa são feitas as discussões coletivas com a turma sobre o processo de construção do trabalho, levantando idéias acerca do que deverá ser o TCC. Nessa etapa, também são definidas junto à coordenação pedagógica a proposta metodológica do trabalho de conclusão e a organização e mapeamento da equipe de orientadores.

Durante a segunda etapa do curso é feito o fechamento da proposta metodológica do trabalho de conclusão e também a organização e divisão dos grupos de pesquisa por áreas temáticas, tendo em vista que os temas dos trabalhos já começam a se delinear entre os estudantes. Também durante essa etapa se dá a elaboração de um plano de trabalho individual para cada estudante, feita de maneira combinada entre o estudante e seu respectivo orientador. É feita também a escolha de um co-orientador, que atuará de maneira mais próxima ao estudante. Nessa etapa, depois de definidas as orientações e questões de pesquisa, tem início o processo de levantamento de dados, feito pelos estudantes. Durante a terceira e quarta etapas se dá a pesquisa, elaboração e finalização do artigo, que é apresentado ao fim da quarta etapa.

Durante o processo de avaliação, o artigo será considerado todo o processo de construção realizado pelo estudante, e não apenas pelo texto redigido. Na avaliação dos trabalhos são considerados prioritariamente, a relevância do tema estudado para a organização, e o esforço despendido por cada um durante as fases de estudo, construção e elaboração do trabalho. O artigo final, elaborado por cada um dos estudantes é apresentado a uma banca avaliadora, esse momento ocorre na quarta etapa do curso, onde é reservado um período para as apresentações dos artigos, a fim de promover a socialização entre as temáticas desenvolvidas pelos estudantes.

A apresentação dos trabalhos se constitui sob a forma de seminário, dividido por áreas temáticas. Cada área temática é delineada desde o início do curso, nos espaços de discussão coletiva. Ao longo do processo de planejamento e construção do artigo, vão acontecendo alterações nas proposições de cada um dos estudantes, havendo assim algumas alterações temáticas dos trabalhos em relação às áreas temáticas. Esse é um dos aspectos que demonstra a efetiva participação e inserção dos estudantes no processo formativo, onde eles apresentam-se como protagonistas.



Em uma proposta inicial, apresentada no documento “Proposta político-metodológica do trabalho de conclusão do Curso de Extensão / Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo”, eram propostas oito áreas temáticas, buscando contemplar diversas possibilidades de abordagem dos temas trabalhados no curso. Na primeira delas, propunha-se que os trabalhos desenvolvidos pelos participantes nela envolvidos desenvolvessem trabalhos em torno da análise crítica de materiais produzidos por movimentos sociais sobre o grande tema “energia”. Assim, os TCC’s inseridos nessa área tratariam, de maneira ampla, como é apresentada, debatida e abordada a temática da energia nos espaços de formação promovidos com organizações populares, e também nos livros didáticos oferecidos para escolas.

Na segunda área temática proposta para elaboração de trabalhos de conclusão, tinha destaque a análise do papel da mulher, e os diferentes elementos a considerar dentro das questões e teorias de gênero. Em uma terceira área temática estariam agrupados aqueles estudantes que tivessem interesses em desenvolver seu TCC sobre o tema do consumo de energia nas diferentes classes sociais. Ainda nessa área temática, seriam inseridos também aqueles com interesse na análise da atuação das empresas do setor elétrico e suas relações com as várias instâncias do poder público, tendo em conta as forças sociais que estão presentes nas diferentes regiões, e que tipo de relação estabelecem entre si e com a sociedade. Também estariam nessa área temática os estudantes que tivessem interesse na história do setor elétrico, e nas empresas que nele atuam, considerado o caso brasileiro.

Em outra área temática, propunham-se agrupar estudantes com interesses de pesquisa na temática da energia na América Latina, considerado as diferentes possibilidades e projetos de integração entre esses países, e também refletindo a respeito da noção de soberania energética. Para aglutinar os estudantes interessados em refletir sobre a relação entre agricultura e energia, foi pensada a quinta área temática, que reuniria temáticas relacionadas à produção e uso de agro-combustíveis, e traria a discussão sobre a questão nos diferentes modelos agrícolas.

Buscando organizar aqueles estudantes com interesse em energia eólica, solar, biodigestores, etanol, biodiesel análise de experiências, programas e projetos governamentais e não-governamentais, propuseram a sexta área temática. Para aqueles que em seus trabalhos de conclusão tivessem interesse em problematizar a efetividade

dos processos de produção de energia através de fontes alternativas.

Na penúltima área temática proposta no documento do curso, propunham reunir os que tivessem interesses na análise de campanhas publicitárias, formas de comunicação e atuação em projetos e programas de responsabilidade sócio-ambiental, e demais temas afins com a área da comunicação e sua relação com o setor energético. Já a oitava e última área temática se propunha a reunir os interessados na análise das experiências no setor energético nos países socialistas.

Embora estejam descritas e detalhadas na proposta para elaboração dos trabalhos de conclusão de curso, desenvolvida pela coordenação pedagógica, essas áreas temáticas apenas serviram de base para a organização das que foram efetivamente formadas na segunda turma do curso. Das oito áreas propostas no documento, com a orientação da coordenação pedagógica, os estudantes tiveram seus trabalhos organizados em cinco áreas temáticas. Essas áreas são intituladas, “Setor Elétrico no Brasil”, “Privatização, consumo e atuação internacional do setor elétrico”, “Agricultura, fontes ‘alternativas’ e energia”, “Cultura, Ideologia e hegemonia/ contra-hegemonia no setor elétrico”, e “Questão ambiental e social no setor de energia”. Elas se concebem como a reorganização dos grandes temas contidos na proposta apresentada no documento que traz as diretrizes para a confecção dos trabalhos, entretanto, foram adequadas às demandas dos estudantes e da coordenação pedagógica, especialmente para o momento da apresentação final dos trabalhos.

A seguir, apresento uma tabela com algumas informações a respeito dos trabalhos de conclusão elaborados pelos estudantes, e a divisão dos trabalhos por áreas temáticas, tal como ficou estabelecida ao término da segunda turma do curso.

Tabela 2 (Elaborada pelo Autor)

<b><u>Área temática 1 : Setor Elétrico no Brasil</u></b>	
<b>MOVIMENTO/ ESTADO OU PAÍS</b>	<b>TCC</b>
MAB/CONSULTA/ MG	A questão ambiental como elemento da articulação campo-cidade nos movimentos sociais em Minas Gerais
PJR/MT	O impacto da construção da UHE Teles Pires na vida do jovem rural do assentamento São Pedro
MAB/TO	A Territorialização da UHE Estreito e o Papel do Estado Brasileiro
MAB/RS	Sobre Pressão do Estado, Sindicato e Capital: Revoltas e Greve de Trabalhadores em Hidrelétricas
SINERGIA/SC	Política de operação da Eletrosul
ABEEF/SP	O movimento dos barrageiros no território do Pontal do Paranapanema
SINERGIA/SC	PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas
MAB/CE	Elementos para uma Análise sobre a Empresa Estatal Chesf
MAB/SP	São Paulo: Energia e Desenvolvimento
ABEEF/MAB	A Lógica Colonial no Brasil e a Mineração
MAB/SC	A Participação do Estado na Implementação da UHE Barra Grande
MOVIMENTO DEBATE E AÇÃO/PA	Energia e Mineração (ou Sobre o Avanço do Capital no Sul e Sudeste Paraense)

<b><u>Área temática 2: Privatização, consumo e atuação internacional do setor elétrico</u></b>	
FUNPROCOOP/EL SALVADOR	Interes de Multinacionales em La Matriz Energética em Centroamérica
MTD/RS	Qual é o Impacto da Energia no Orçamento Familiar das Mulheres Desempregadas
SETEM/ESPANHA	Complejo Madeira e seu Vínculo com Financiadores e Empresas Espanholas: Linha Transmissão Porto Velho – Araraquara
MAB/RS	Privatização da Água em Erechim/RS
MAPDER/MÉXICO	Represión y Megaproyetos, la Guerra de Baja Intensidad y sus Tácticas para Presa Zapotillo
MAB/CE	O Complexo Portuário do Pecem e seus Impactos
MOVIMIENTO DE PARTICIPACIÓN ESTUDIANTIL CAMILO CIENFUEGOS / ARGENTINA	La Producción de Conocimiento y la Formación de Profissionais en la Universidad Pública Argentina. La Carrera de Agronomía de la UNR y los Agronegocios
<b><u>Área temática 3: Agricultura, fontes “alternativas” e energia</u></b>	
MAB/SC	Lutas e, Conquistas dos Atingidos na Barragem de Barra Grande
MTD/RS	A Experiência de Horta Urbana sob Fios de Rede de Alta Tensão: Avanços, Limites e Desafios
CPT/GO	Algumas Transformações Sociais, Políticas, Econômicas e Ambientais Provocadas pelo Quintal Agroecológico

SME/MÉXICO	Represión y Megaproyetos, la Guerra de Baja Intensidad y sus Tácticas para Presa Zapotillo
MAB/PR	Autonomia Energética: Estudo Sobre os Aquecedores Solares (ASBC) X Belosol, no Município de Dois Vizinhos/Paraná
<b><u>Área temática 4: Cultura, Ideologia e hegemonia/ contra-hegemonia no setor elétrico</u></b>	
OBSERVATORIO DE MEDIO AMBIENTE DE TIQUIPAYA/BOLÍVIA	La Reintegración a La Consciência Matrística como una Necesidad Planetaria Frente al Desequilibrio Generado por la Modernidad y el Capitalismo
CMP/CE	Efeitos da Privatização na Coelce e os Impactos nos Trabalhadores
UNAC/MOÇAMBIQUE	O Percurso Histórico do Setor Energético Moçambicano: Que Modelo de Construção de Barragens Seguimos?
MMC/MT	Os impactos socioambientais da UHE Colíder na vida das mulheres de Nova Canaã do Norte
SINDIELETRO/MG	Terceirização no Setor Elétrico: Estado Contemporâneo e Possibilidades de Combate
MAB/DF	A Violação dos Direitos das Mulheres no Processo de Implantação de Barragens: Como as Empresas Construtoras se Beneficiam desse Processo de Exclusão Social
MAB/RS	A Mercantilização do Clima e a Venda de Créditos de Carbono na Hidrelétrica de Barra Grande

CONSULTA/MG	A consulta Popular e a Questão Ambiental
LUTARMADA/RJ	O Consumo de Energia por UHE e o Gato nas Favelas do Rio de Janeiro
MAB/SP	A relação entre o golpe de Estado e o setor elétrico em Honduras
MAB/MG	Subjetividade e Fragmentação no Mundo do Trabalho: a Relação entre a Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO) e o Toyotismo
<b><u>Área temática 5: Questão ambiental e social no setor de energia</u></b>	
MAB/PR	Salto Santiago: Mais um Impacto Social
ABEEF/SP	Desenvolvimento Sustentável como Marca da Racionalidade Econômica no Curso de Engenharia Florestal da ESALQ/USP
PJR/MT	Impactos Sociais e Ambientais da UHE Sinop
MOVIMIENTO DE LOS AFECTADOS POR LAS REPRESAS/COLÔMBIA	Efraín Moreno Cuellar: Memoria, tierra y represa, 1980-2009
MAB/PB	Acesso a Água na Comunidade do Costa de Acauã após a Barragem
PJR/MT	Mato Grosso na Rota do Capital e Estratégias de Convencimento
MAB/PE	Barragens no Rio São Francisco: O desenvolvimento e o grito silenciado das mulheres
MAB/RO	Complexo Hidrelétrico Rio Madeira: Impactos sobre a Atividade Pesqueira na Região do Baixo Madeira, no Olhar dos Pescadores

MAB/MG	O Discurso da Escassez como Legitimador de Grandes Empreendimentos Energéticos
MAB/PB	Barragem de Acauã: Redenção ou Maldição? Estado da Paraíba como o Principal Violador dos Direitos Humanos
MST/PE	Projeto da Usina Hidrelétrica de Riacho Seco e seus impactos no Assentamento Safra
MAB/BA	Extração de Urânio em Caetité e suas Conseqüências nas Comunidades Atingidas

### **3.4 Análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso da Turma Internacionalista Simón Bolívar**

Ao total, pude analisar quarenta e sete trabalhos de conclusão de curso, todos elaborados por estudantes que integraram o percurso formativo oferecido na segunda turma do Curso de Extensão/Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo. Embora não seja o intuito apresentar distinções entre os estudantes, vale destacar que, do total dos trabalhos analisados, mais da metade foi elaborada por aqueles que não possuíam diploma de ensino superior. Pelo fato do curso integrar as modalidades “extensão” e “especialização” em um só espaço, subentende-se que os objetivos gerais expostos no programa oficial do curso serão alcançados por todos os estudantes avaliados e aprovados ao fim do processo de formação. Reservadas as distintas potencialidades de cada um dos educandos envolvidos, a distinção entre as modalidades, “extensão” ou “especialização”, se resume basicamente ao certificado oficial emitido aos concluintes.

A seguir, apresento uma pequena síntese de cada um dos trabalhos de conclusão de curso analisados, avaliando em que medida eles dialogam com a proposta das disciplinas oferecidas e com o curso como um todo. Sigo o mesmo ordenamento proposto no quadro apresentado anteriormente, respeitando a organização dos grupos temáticos. Após a montagem de um panorama geral dos trabalhos de conclusão, teremos uma melhor percepção a respeito da proposta do curso e dos resultados práticos que puderam ser expressos nos artigos elaborados pelos estudantes.

Abrindo a seção temática “Setor Elétrico no Brasil”, apresentamos o trabalho intitulado “A questão ambiental como elemento da articulação campo-cidade nos movimentos sociais em Minas Gerais”. Nesse artigo, se discute o modo como o MAB e a Consulta Popular vêm pensando e se posicionando acerca da questão ambiental, e em que medida essa reflexão fica, ou não, expressa nos documentos divulgados por essas duas organizações. O autor demonstra que, de acordo com sua interpretação, existe um distanciamento entre a posição assumida por essas organizações e a demanda de suas bases para que se discuta sobre a questão ecológica. Nesse artigo, as discussões em torno da questão ambiental são apresentadas visitando de diferentes formas as discussões introduzidas nas disciplinas. O debate a respeito do setor elétrico aparece diluído no desenvolvimento do texto, dado que o trabalho é elaborado com base na análise de documentos.

Nos artigos, “O impacto da construção da UHE Teles Pires na vida do jovem rural do assentamento São Pedro” e “A territorialização da UHE – Estreito e o papel do estado brasileiro”, a questão das barragens ganha maior centralidade. No primeiro, apresenta-se a partir da observação participante e da análise do estudo e do relatório de impacto ambiental, apresentados para a construção da usina hidrelétrica Teles Pires, quais os principais reflexos que o projeto trará para a vida dos moradores de um assentamento do MST em Mato Grosso. No segundo, trata-se dos mecanismos utilizados para a implantação de uma usina hidrelétrica, partindo de um estudo de caso. É analisada a situação de uma usina hidrelétrica no norte do Tocantins, divisa com o sul do Maranhão, onde, de acordo com o autor, foi possível observar o uso de diversas estratégias de convencimento e imposição da aceitação do projeto por parte das empresas. Na leitura de ambos os trabalhos foi possível perceber a forte influência das experiências vividas pelos autores. Fica notória a contribuição das disciplinas do segundo e terceiro eixos temáticos, sendo que é das disciplinas do quarto eixo que os autores buscam elementos para indicar suas conclusões.

No artigo “Sobre Pressão do Estado, Sindicato e Capital: Revoltas e Greve de Trabalhadores em Hidrelétricas” são apresentadas distintas possibilidades de interpretação para o fenômeno das greves de operários em canteiros de obras para a construção de usinas de energia hidrelétrica. A pesquisa é fundamentada por um viés marxista de interpretação da realidade dos trabalhadores, considerando a exploração por



parte do setor privado e também o subsídio oferecido pelo poder público. As proposições das disciplinas do quarto eixo temático aparecem como a principal base para a composição do artigo. Seguindo por um viés similar, “Política de Operação na Eletrosul” é um trabalho que trata da mudança de regime de trabalho dos funcionários responsáveis pela operação de usinas hidrelétricas. Nele, é configurada a perspectiva dos trabalhadores do setor energético sobre a precarização do trabalho e as questões sociais e ambientais envolvidas na implantação de uma usina hidrelétrica. As discussões das disciplinas do primeiro eixo temático são representadas nestes trabalhos a partir de sua aplicação em uma realidade específica.

“O movimento dos barrageiros no território do Pontal do Paranapanema” é um artigo que busca apresentar o deslocamento de trabalhadores rurais para a atuação na construção de barragens. No estudo são analisados três casos, temporal e espacialmente distintos, na região do Pontal do Paranapanema, estado de São Paulo. Ao analisar a situação dos trabalhadores que se deslocaram para a construção de hidrelétricas, o trabalho busca propor alternativas e possibilidades de atuação para o MAB, no sentido de formar politicamente os operários para que possam atuar em favor dos interesses da coletividade. Esse artigo também aborda fundamentalmente os debates apresentados nas disciplinas do primeiro eixo temático, com ênfase nas propostas apresentadas nas disciplinas oferecidas na quarta etapa do curso.

Apresentando a questão das pequenas centrais hidrelétricas como alternativas viáveis para a produção de energia elétrica, o trabalho intitulado “PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas”, apresenta os pontos favoráveis ao modelo de implantação de PCH’s e indica as dificuldades encontradas atualmente para a implantação deste modo de conceber e gerir o sistema elétrico. As questões apresentadas nas disciplinas do terceiro eixo temático foram contempladas em todo o trabalho. Tal como em “Elementos para uma Análise sobre a Empresa Estatal Chesf”, o outro artigo concentra a argumentação em torno de uma questão estratégica para a organização do setor elétrico, a construção de grandes usinas geradoras. No segundo artigo, é feito um breve panorama sobre a Companhia Hidroelétrica do São Francisco, apresentando sua composição interna, e seus interesses estratégicos. É elaborado também um panorama sobre a realidade dos trabalhadores da companhia.

No artigo “São Paulo: Energia e Desenvolvimento” é feito um panorama a respeito da produção e do consumo de energia elétrica no estado de São Paulo. Partindo de um viés marxista de interpretação da realidade e de organização dos meios de produção, esse trabalho traz, por meio da apresentação de dados estatísticos, informações a respeito da origem e uso de eletricidade no estado, com enfoque especial para os consumidores industriais. Tal como em “A mineração no Brasil: A lógica colonial em destaque”, o artigo se baseia nas temáticas abordadas nas disciplinas dos eixos dois e quatro. Neste, é analisado o modelo de exploração e produção de minerais no Brasil, tendo como elemento condutor do tema a questão da soberania nacional. O trabalho aponta alguns aspectos do modelo econômico brasileiro, buscando elementos para debater sobre a questão ambiental e energética, apresentando também vinculação com as demais disciplinas do terceiro eixo temático.

Centrados na atuação do Estado, os trabalhos “A Participação do Estado na Implementação da Barragem de Barra Grande” e “Energia e Mineração (ou Sobre o Avanço do Capital no Sul e Sudeste Paraense)”, embora tratem de questões distintas, seguem a mesma orientação teórica, fundamentada nas temáticas trazidas nas disciplinas do primeiro e quarto eixos temáticos. No primeiro artigo é elaborada uma trajetória da organização dos atingidos pela barragem de Barra Grande, tratando também sobre o setor energético brasileiro. O trabalho é construído a partir de uma compreensão da realidade baseada no ideário marxista, onde o autor assume a luta pela transformação revolucionária da realidade como a alternativa fundamental para a mudança do atual modelo de organização do setor energético e da sociedade como um todo. O outro artigo apresenta críticas ao modelo de desenvolvimento implantado na região norte do país, avaliando de modo específico as atividades de mineração e a instalação de usinas hidrelétricas na região. Paralelamente é discutida a apropriação externa das riquezas produzidas na região e a falta de mecanismos que favoreçam o desenvolvimento local. Em ambos os textos, as temáticas tratadas no terceiro eixo temático estão presentes, considerando principalmente os elementos da etapa com viés teórico-conceitual.

Os trabalhos da área temática “Privatização, consumo e atuação internacional do setor elétrico” reúnem diferentes abordagens a respeito da relação entre as demandas da sociedade e as propostas e iniciativas apresentadas pelo Estado e a classe empresarial.

No artigo “Intereses de Multinacionales en la Matriz Energética Centroamericana. Caso práctico El Salvador”, o autor reuniu dados a respeito da questão energética no país, para compreender como se deu a ocupação do mercado nacional por empresas norte americanas e européias. Transitando entre todos os eixos temáticos, o trabalho também apresenta dados sobre a exploração de diferentes formas de energia, e apresenta os impactos disso na política e soberania nacionais, não conferindo grande destaque aos elementos apresentados durante a etapa teórico-conceitual.

No trabalho intitulado “Qual impacto da tarifa de energia no orçamento das Mulheres Desempregadas” são discutidos os problemas gerados às famílias de mulheres desempregadas por conta do alto custo da tarifa de energia elétrica. Para construir a discussão a respeito das dificuldades vividas empiricamente pelas trabalhadoras desempregadas, o texto apresenta alguns dados a respeito da organização do setor elétrico no Brasil. A contribuição das disciplinas do terceiro eixo temático aparece durante todo texto.

Ao ler os artigos “Complejo Madeira y sus vínculos con financiadores y empresas españolas. Línea de transmisión eléctrica Porto Velho – São Paulo en la UTE Santo Antonio” e “Análise do Processo de Licitação dos Serviços de Fornecimento da Água e Tratamento do Esgoto Sanitário em Erechim: Buscando Identificar Formas de Inserção na Estratégia Internacional do Capital de Privatização da Água e do Saneamento Básico”, a questão da privatização é eminente. No primeiro, busca-se apresentar um mapeamento sobre a atuação de instituições financeiras espanholas no financiamento da obra da usina hidroelétrica de Santo Antonio, em Rondônia. O trabalho busca mapear os distintos interesses de empresas espanholas, especialmente o Grupo Santander, em atuar no financiamento deste tipo de empreendimento, negando as conseqüências e os impactos sociais e ambientais envolvidos. O segundo artigo aborda a questão da privatização da água, por meio de concessões realizadas por municípios a empresas privadas, que adotam diversas estratégias para gerar lucro a partir da distribuição e tratamento de água e esgoto. No trabalho é feito um estudo comparativo, apresentando o argumento de que as principais multinacionais, norte americanas e européias, estão ligadas internacionalmente a outros grupos empresariais, visando à taxação da água no mercado internacional. Tal como o discutido ao longo das aulas do curso de extensão/especialização, a pesquisa conclui que existe um processo de

expropriação de recursos naturais em curso, e que é necessária a atuação dos movimentos sociais e governos para frear este processo.

“Guerra de Baja Intensidad y Megaproyectos: El modelo actual de intervencionismo y despojo del capitalismo en América Latina y su relación concreta con las tácticas de Guerra de Baja Intensidad empleadas por el gobierno mexicano contra las comunidades en resistencia por el proyecto de la presa El Zapotillo, en Jalisco, México” é um artigo que aborda a história da repressão norte americana aos movimentos sociais mexicanos. O trabalho apresenta por meio de pesquisa bibliográfica e documental uma interpretação sobre os mecanismos de intervenção estatal estadunidense em projetos estratégicos do governo mexicano, analisando os modos de intervenção destes dois governos para a implantação de uma usina hidroelétrica. Tratando de uma ampla gama de temáticas, o artigo transita entre todas as disciplinas oferecidas no curso de extensão/especialização, com especial enfoque nas disciplinas oferecidas nas etapas históricas e na etapa política.

Apresentando os impactos gerados pela instalação de um grande complexo portuário, o artigo “Complexo industrial portuário do Pecém e a siderurgia e seus impactos” considera a questão da indústria siderúrgica e sua relevância para a implantação de um porto. O trabalho apresenta os impactos sofridos por populações tradicionais de ribeirinhos e indígenas que foram diretamente afetados pelo empreendimento, e dialoga diretamente com a última disciplina oferecida dentro do segundo eixo temático.

O artigo “La formación profesional y la producción de conocimiento en la Universidad pública argentina. La Facultad de Agronomía de la Universidad Nacional de Rosario (UNR) y lo agro negocio” analisa o curso de agronomia da Universidad Nacional de Rosario, considerando toda sua estrutura acadêmica desde a graduação à pós-graduação, para apresentar sua vinculação com um projeto específico de uso do território, baseado no agronegócio monocultor voltado para a exportação. O trabalho apresenta este diagnóstico buscando ampliar os conhecimentos sobre a realidade local e seus modos de reprodução e manutenção, a fim de encontrar possíveis alternativas para a realidade local. Esse artigo dialoga especialmente com as disciplinas oferecidas na etapa com enfoque teórico-conceitual, e se enquadra nesta área temática por tratar da questão do uso da terra e da privatização do território.

O primeiro artigo da área temática “Agricultura, fontes ‘alternativas’ de energia” apresenta um panorama sobre a articulação do Movimento dos Atingidos por Barragens na região nordeste do Rio Grande do Sul, divisa com o estado de Santa Catarina. Intitulado “Organização: Lutas, Conquistas dos Atingidos na Barragem de Barra Grande”, o trabalho apresenta como se desenvolveram os processos de reivindicação e resistência frente à construção da Represa de Barra Grande, e enumera alguns ganhos obtidos a partir da articulação dos atingidos. Ele articula especialmente as discussões apresentadas na etapa política, embora articule as questões debatidas nas demais etapas, transitando entre todos os eixos temáticos.

O trabalho “A experiência de horta urbana sob fios de rede de alta tensão: avanços, limites e desafios”, aborda a atuação do Movimento de Trabalhadores Desempregados no planejamento e execução de um projeto de horta urbana, desenvolvido na região metropolitana de Porto Alegre- RS. O trabalho apresenta reflexões sucintas sobre a atuação e as estratégias do Movimento, tratando especificamente do projeto de horta urbana e suas potencialidades. Seguindo a mesma temática, o artigo “Algumas transformações sociais, políticas, ambientais e econômicas provocadas pelo quintal agroecológico” apresenta as possibilidades e desafios de um projeto de cultivo e produção agroecológica, desenvolvido pela Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Goiás. O autor avalia o progresso do projeto e apontando seus êxitos e desafios. Ambos os trabalhos dialogam essencialmente com as disciplinas do segundo eixo temático, considerando também o aspecto teórico-conceitual oferecido pelas demais disciplinas.

Embora sob aspectos diversos, os trabalhos “Desenvolvimento de fontes de energia renovável no México” e “Autonomia energética: Estudo do aquecedor solar de baixo custo (ASBC), e aquecedor solar (BELOSOL)” tratam diretamente das questões propostas para esta área temática (agricultura e fontes de energia alternativas), e dialogam com as propostas dos diferentes eixos temáticos. O primeiro aborda a questão das fontes de energia elétrica usadas com maior intensidade durante as últimas quatro décadas no México, apresentando a crítica central aos combustíveis fósseis. O trabalho versa sobre as possíveis alternativas ao modelo de exploração e consumo de energia vigente, e apresenta na conclusão algumas perspectivas de atuação pela transformação da realidade, do ponto de vista das organizações populares e do movimento sindical. Já

o segundo, apresenta, por meio de coleta de dados e pesquisa comparativa, a eficiência e viabilidade de um modelo de aquecedor solar de baixo custo. O trabalho consiste na avaliação e mensuração da eficiência de dois equipamentos, buscando apresentar a maior viabilidade e eficiência de um dos modelos, que se apresenta enquanto aperfeiçoamento de outro.

O primeiro trabalho de conclusão de curso correspondente a área temática “Cultura, ideologia, hegemonia/contra hegemonia no setor elétrico”, aborda a relevância do papel da mulher enquanto protagonista no processo de organização das diferentes culturas ocidentais. Com o título “La reintegración a la consciencia matrística como una necesidad planetaria frente al desequilibrio generado por la modernidad y el capitalismo”, o artigo propõe a ressignificação do feminino em nossas sociedades sul americanas, de modo que através disso seja possível estabelecer novas formas de resistência, e possibilidades de transformação das distintas formas de vida nas sociedades capitalistas ocidentais. Esse trabalho de conclusão dialoga, de maneira geral, com todos os eixos temáticos do curso, não pretendendo deter-se em apenas uma questão, busca fazer uma leitura ampliada da realidade social.

Tomando outra direção, o artigo “Efeitos da Privatização na Companhia Energética do Ceará- Coelce causou impactos na vida dos (as) trabalhadores (as)”, trata das conseqüências negativas da privatização de empresas públicas, para o Estado e os trabalhadores, considerando especificamente o caso da Companhia Energética do Ceará. O trabalho avalia o impacto da privatização na vida dos trabalhadores do setor elétrico, analisando a questão da instabilidade no emprego e da piora nas condições de trabalho. Nesse texto, são demonstradas e exemplificadas as questões trabalhadas durante a segunda etapa do curso (histórica I), havendo também forte diálogo com as disciplinas do terceiro eixo temático, oferecidas durante as etapas do tempo escola. Apresentando um panorama histórico do setor energético de Moçambique, e indicando suas diferentes fases desde o período de colonização portuguesa até os dias atuais, o artigo “Um percurso histórico do setor energético moçambicano: que modelo de construção de barragens seguimos?”, segue os mesmos rumos do outro, dialogando também com as disciplinas do segundo eixo temático. No texto, o autor apresenta uma crítica ao modelo energético implantado no país, por conta de sua desvinculação das demandas da

população do país, que se restringem no que diz respeito à construção de barragens, basicamente a garantia de abastecimento de água e energia elétrica.

No artigo “Os impactos socioambientais da UHE Colíder na vida das mulheres de Nova Canaã do Norte”, são apresentadas algumas das dimensões do impacto que a construção de uma usina hidrelétrica pode gerar em um município que esteja em seu em torno. Para a elaboração do texto, foi analisado o caso do município de Colíder, no norte do Mato Grosso, onde o autor descreve a falta de informação para as populações atingidas no que diz respeito ao acesso a seus direitos, no que corresponde ao processo de implantação da barragem. No trabalho, traz-se também o relato sobre a atuação do Movimento de Mulheres Camponesas na região. O artigo dialoga fundamentalmente com a proposta do segundo eixo temático, com atenção especial para as discussões das etapas históricas e da etapa política.

Apresentando uma leitura crítica ao modelo de terceirização de serviços adotada pela Companhia Energética de Minas Gerais, o trabalho de conclusão intitulado, “Precarização e Morte: A terceirização no setor elétrico brasileiro e o caso da CEMIG”, apresenta um panorama sobre a questão das privatizações e da contratação de trabalhadores terceirizados nesse setor. Sob outra abordagem, o artigo “A Violação dos Direitos das Mulheres no Processo de Implantação de Barragens e como as Empresas Construtoras se Beneficiam desse Processo de Exclusão Social”, expõe alguns dos aspectos negativos da construção de barragens, a partir da perspectiva dos Atingidos. Paralelamente, são apontados os impactos diretos às mulheres, apontando algumas especificidades da divisão sexual do trabalho, e suas conseqüências imediatas na vida das atingidas. Ambos os trabalhos trazem um diálogo contínuo entre os diferentes eixos temáticos. No primeiro, a organização de idéias se concentra nas questões trazidas nas aulas pelas disciplinas do primeiro eixo temático, considerando as diferentes abordagens propostas durante as quatro etapas. No segundo artigo, as propostas das disciplinas oferecidas na etapa política do curso são articuladas com maior detalhamento.

Tratando sob diferentes perspectivas a respeito da questão ambiental, os trabalhos intitulados “A Mercantilização do Clima e a Venda de Créditos de Carbono na Hidrelétrica de Barra Grande” e “A Consulta Popular e a questão ambiental”, apresentam íntima relação com as propostas temáticas do segundo e quarto eixos. No primeiro, o autor apresenta como se dá o processo de venda de serviços ambientais,

considerando o caso da usina hidrelétrica de Barra Grande, situada no norte do Rio Grande do Sul. Esse trabalho apresenta o modo como as empresas que participaram da construção da barragem e a atual administradora do empreendimento lucram com a produção de energia de baixo custo, atrelado a ampla degradação ambiental. No outro, a discussão parte da perspectiva da organização Consulta Popular, sendo feito o mapeamento das diferentes perspectivas de compreensão e análise acerca da questão ambiental desde o ponto de vista da esquerda. Considerando três categorias analíticas, o ambientalismo pós-moderno; o eco-capitalismo; e o marxismo/ecossocialismo, o trabalho busca verificar qual categoria é mais próxima daquilo que é praticado na Consulta, a fim de buscar estratégias de atuação a partir da questão ambiental. Em ambos os artigos, as conclusões e propostas fundamentam-se de acordo com as propostas temáticas das disciplinas que integram a última etapa do curso, de caráter político.

O artigo “O consumo de energia elétrica pela UHE e a visão do gato nas comunidades carentes do Rio de Janeiro”, aborda a questão do consumo de energia elétrica por residências. O trabalho se desenvolve apresentando o alto custo da energia para o consumidor doméstico como um problema, e busca problematizar o modo como é obtido o lucro pelas corporações responsáveis pela geração e distribuição de energia. Para a elaboração do trabalho de conclusão, o autor resgata a contribuição das disciplinas da etapa teórico-conceitual do curso, adequando as discussões introdutórias dessa primeira etapa ao seu objetivo de justificar o furto de energia elétrica.

Considerando as implicações do arranjo institucional e político de seu país para o setor de energia, o autor de “A relação entre o golpe de Estado e o setor elétrico em Honduras”, busca estabelecer em seu artigo, algumas relações entre o golpe de estado em Honduras, ocorrido em 2009, e as articulações econômicas internacionais envolvendo os Estados Unidos e grandes grupos empresariais internacionais. O trabalho busca apresentar relações entre a derrubada do presidente eleito e a abertura do país a entrada de especuladores externos, especialmente no setor de energia. Levando em conta também a ação empresarial, o artigo “Subjetividade e fragmentação no mundo do trabalho: A relação entre a Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO) e o Toyotismo”, apresenta a trajetória do grupo Odebrecht, buscando discutir como se desenvolveu e estabeleceu ao longo da história o modelo de organização e formação do corpo de



funcionários dos diferentes segmentos em que o grupo atua. Esse trabalho busca apresentar, de maneira crítica, como se estabelecem as modernas relações de trabalho, considerando exemplar o caso desse grupo empresarial. Ambos os autores demonstram em seus artigos facilidade para transitar entre as discussões propostas nas disciplinas que integram os quatro eixos temáticos. O desenvolvimento e as conclusões dos dois textos se respaldam nas discussões contidas nas duas etapas históricas do curso, embora também estejam contemplados os aspectos teórico-conceituais e políticos das discussões.

O artigo “Salto Santiago: Mais um Impacto Social” abre a quinta área temática, que agrega os trabalhos de conclusão em torno do tema “Questão ambiental e social no setor de energia”. No artigo, o autor argumenta a respeito da degradação ambiental proveniente da construção de uma barragem, e paralelamente apresenta um debate sobre a importância da organização dos trabalhadores rurais, visando manter seu modo de vida pela preservação de seu território. Fundamentado nas experiências do autor, o texto contempla as discussões colocadas em todos os eixos temáticos, concluindo de modo propositivo e abalizado pelos debates da última disciplina do quarto eixo temático, que discute a relação entre estado e classes na sociedade contemporânea.

Tratando a questão ambiental e social do ponto de vista da atuação do corpo técnico, o artigo “Desenvolvimento Sustentável como marca da racionalidade econômica no curso de Engenharia Florestal da ESALQ/USP” aborda a adequação prática de um curso de engenharia florestal a suas propostas educativas, explicitadas no projeto político pedagógico do curso. No desenvolvimento do trabalho foram utilizados dados coletados junto aos estudantes e ementas do curso, com o objetivo de apresentar a inconformidade entre a proposta pedagógica e a prática educativa desenvolvida no curso. O artigo contempla as discussões promovidas durante as etapas do tempo escola, abrangendo os temas dos distintos eixos temáticos.

Abrangendo a temática da construção de barragens e dos problemas vividos pelas populações atingidas, os artigos “Panorama dos Projetos de aproveitamento hidrelétrico para as bacias hidrográficas do rio Tele Pires” e “Efraín Moreno Cuellar: Memoria, tierra y represa 1980-2009”, articulam as temáticas dos diferentes eixos do curso, de modo especial o segundo, onde as disciplinas dialogam a respeito da economia política do meio ambiente. Abordando um caso brasileiro, o primeiro trabalho avalia o

processo de implantação de novas usinas hidrelétricas no norte do Mato Grosso. O autor apresentada no artigo, dados que contribuem para a reflexão sobre o modelo de aproveitamento de bacias hidrográficas para a produção de energia, trazendo também a perspectiva das populações que poderão ser atingidas por esses empreendimentos ainda não realizados. No segundo artigo, é descrito a partir da perspectiva dos trabalhadores atingidos pela construção da barragem de uma usina hidroelétrica na Colômbia, como se deram os processos de articulação dos moradores de uma localidade rural contra a instalação do empreendimento. O trabalho é feito a partir de entrevistas e depoimentos de lideranças tradicionais da população atingida. Em ambos os artigos, a argumentação articula elementos apresentados nas disciplinas do terceiro eixo temático, buscando encontrar alternativas para a adequação do setor elétrico às demandas das populações direta e indiretamente atingidas.

Os artigos “O acesso à água potável na comunidade do Costa após a construção da Barragem de Acauã-PB”, e “Mato Grosso na Rota do Capital e Estratégias de Convencimento da População Colidense em Relação à UHE Colíder”, tratam respectivamente, das dificuldades enfrentadas por uma população para se adequar as condições precárias de uma área de reassentamento, e das estratégias de convencimento da população local para a implantação de uma usina hidrelétrica. No primeiro artigo, o autor aborda a dificuldade encontrada pelos moradores de uma localidade, atingida pelo lago da hidrelétrica de Acauã, para obter boas condições de vida no local de reassentamento. Ele apresenta no texto a discussão específica sobre o acesso à água potável, ressaltando as dificuldades vividas pelos moradores em dialogar com o estado e os responsáveis pelo empreendimento. Já o segundo trabalho de conclusão, apresenta como é realizado o processo de convencimento da população de uma localidade a respeito da necessidade de construção de uma usina de energia hidrelétrica, mesmo com a possibilidade de reassentamento da população. É demonstrada nesse trabalho, a relevância do setor público no processo de convencimento, pretendendo indicar a importância de um movimento social articulado, que possa apresentar aos futuros atingidos outras possibilidades de leitura da realidade.

Em ambos os trabalhos apresentados acima, a questão da consciência, muito discutida nas disciplinas do primeiro e quarto eixos temáticos, é o elemento essencial da argumentação, havendo também um forte apelo à organização política das populações

atingidas, questão básica para as disciplinas da quarta e última etapa do curso. O mesmo pode ser percebido nos artigos intitulados “Barragens no Rio São Francisco: O desenvolvimento e o grito silenciado das Mulheres” e “Complexo Hidrelétrico Rio Madeira – impactos sobre atividade pesqueira na região do Baixo Madeira: um olhar dos pescadores”. Nesses dois artigos, as discussões a respeito da articulação das populações atingidas, presentes no segundo e no terceiro eixo temático também são fundamentais para a formulação dos trabalhos. Esses artigos percorrem o percurso proposto pelas disciplinas oferecidas durante as quatro etapas do curso, resultando em um esforço de argumentação que alinhe os aspectos teórico-conceituais, históricos e políticos dos estudos de caso propostos para a elaboração de cada artigo.

Tratando da questão das mulheres atingidas no rio São Francisco, o trabalho apresenta como elas e suas famílias enfrentam o reassentamento, e as drásticas mudanças em seu modo de vida. O segundo artigo mostra o impacto da construção de uma usina hidrelétrica na vida dos pescadores de uma região de Rondônia, apresentando o modo como se estruturou econômica e institucionalmente a implantação do empreendimento. Ambos os trabalhos argumentam a respeito das dificuldades enfrentadas pelas populações atingidas, buscando apresentar críticas ao modelo de desenvolvimento excludente do setor energético brasileiro.

No artigo “O discurso da escassez como estratégia de legitimação de grandes empreendimentos energéticos”, o autor apresenta como as populações atingidas por empreendimentos energéticos, barragens e mineração, são afetadas diretamente de modo nocivo por eles. Também são demonstradas algumas possibilidades de atuação e enfrentamento popular pensadas pelos Atingidos, além dos desafios que são colocados cotidianamente por essas populações, tendo a questão territorial como referencial de análise. Tal como em “Barragem de Acauã: Redenção ou Maldição? Estado da Paraíba como o Principal Violador dos Direitos Humanos”, o trabalho possui forte fundamentação nas disciplinas do quarto eixo temático, pensando as questões objetivas da atuação no MAB sob a perspectiva marxista revolucionária, sobretudo o primeiro artigo. O segundo, busca problematizar a atuação dos governos federal e estadual no que se refere ao reassentamento das populações atingidas pela construção da usina hidrelétrica de Acauã – PB, apresentando a dificuldade de adaptação dos moradores reassentados ao novo ambiente, tendo em vista a má condição das moradias oferecidas.

Avaliando a situação das populações atingidas por diferentes tipos de empreendimentos, os dois últimos artigos que integram essa área temática, apresentam grande aproximação com os debates propostos no segundo e terceiro eixo temático, onde é central a questão da energia, considerando sua inserção na natureza e na vida social. No artigo “Projeto da usina Hidrelétrica de Riacho Seco e seus impactos no Assentamento Safra”, abordada a problemática dos reassentamentos causados pela construção de usinas hidrelétricas. O autor analisa o caso de um assentamento do MST na divisa entre a Bahia e Pernambuco, que corre risco de ser deslocado com a construção de uma represa, e aponta algumas características da região e do empreendimento, considerando o processo de despejo e reassentamento. Tratando dos impactos causados à população local pela exploração de urânio para alimentar uma usina de energia nuclear, o trabalho de conclusão “Extração de Urânio em Caetité e suas Conseqüências nas Comunidades Atingidas”, apresenta os problemas provenientes da extração do minério e do seu processamento, indicando o modo como a atividade impacta diretamente na vida dos moradores da região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de educação popular desenvolvidos atualmente em movimentos sociais rurais no Brasil representam um significativo avanço para as lutas das populações subalternizadas do campo em nosso país. A lógica de articulação e troca de conhecimentos entre os sujeitos nesses espaços possibilita a tomada de um novo posicionamento frente às questões sociais e políticas referentes ao desenvolvimento e manutenção de seus costumes e modos de vida. Avaliamos que o curso Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo pode ser considerado enquanto uma iniciativa de educação popular, tendo em vista o público que busca atingir e a pretensão dos idealizadores do curso em oferecer um conjunto de conteúdos que converge com os ideais e demandas vividos cotidianamente pelos militantes que se tornam estudantes.

Ao abordar a questão da energia de modo ampliado, a coordenação pedagógica do curso Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo abre espaço para que as temáticas tratadas nas aulas, devidamente orientadas pelos eixos temáticos, transcendam uma visão tecnicista a respeito do setor de energia. Ao longo das etapas presenciais do curso, são considerados majoritariamente os aspectos políticos e ideológicos relacionados à atual organização do setor energético e elétrico. Os elementos da economia política perpassam o curso integralmente, oferecendo assim uma perspectiva de análise da história orientada por um viés marxista. Tal viés se ajusta aos ideais e práticas defendidas pelos estudantes para os quais esse curso é oferecido, que são fundamentadas na ação revolucionária.

A participação de militantes do MAB, da Via Campesina, de diferentes sindicatos e pastorais sociais, além dos militantes de diversos países, como Argentina, Bolívia, Colômbia, Venezuela, El Salvador, Espanha, México, Moçambique e Panamá, reforça a perspectiva internacionalista adotada pelos Atingidos. Nesse sentido, a opção por uma perspectiva marxista de interpretação da realidade reforça o apelo a uma união internacional de trabalhadores, encaminhando também em favor da organicidade da Via Campesina e das organizações que a integram. O curso de extensão/especialização foi projetado e se constrói enquanto um espaço de reafirmação da proposta de uma aliança operária e camponesa internacional. A presença de sindicalistas na composição da Turma Internacionalista Simón Bolívar confirma e reforça essa proposta de união entre trabalhadores do campo e da cidade.

A prática da educação popular desenvolvida pelos movimentos da Via Campesina Brasil, tal como no caso do Curso do IPPUR/MAB, representa o acúmulo e a realização de antigas demandas de diferentes grupos camponeses. Ao longo das últimas décadas, a articulação na busca por um modelo educativo que contemplasse as demandas levantadas pelas organizações sociais populares de trabalhadores do campo mobilizou grandes esforços, tanto dos movimentos sociais quanto de acadêmicos engajados atuantes junto a eles. As movimentações conjuntas destes grupos resultaram no que pode ser apresentado atualmente como as formas atuais de fazer educação popular (Brandão, 2008), que se materializam de modo latente na prática dos movimentos sociais rurais ligados ao MST, em suas parcerias com ele e com outros grupos e setores da sociedade, tais como universidades, centros de formação, e ONG's.

A percepção, por parte dos militantes de organizações sociais populares, de sua integração em um modelo produtivo, econômico e social maior, favorece uma percepção distinta sobre o papel de suas ações e mobilizações, sendo este um dos objetivos do curso. As formas contemporâneas de educação popular no Brasil se apresentam enquanto um grande diferencial nos padrões de apropriação e construção do conhecimento por segmentos da classe trabalhadora, que no mundo rural, alinhados e conduzidos a partir da ação MST, seguem sua receita de organização e interpretação da realidade. Nesse panorama se insere o projeto educativo deste curso do IPPUR.

O Curso de Extensão/Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo busca proporcionar o diálogo entre diferentes grupos, realidades e contextos, em favor da construção de um aprendizado comum, possibilitando a formação em diferentes estratos para integrantes de diferentes movimentos sociais. A partir de uma formação abrangente, tal como a desenvolvida nesse curso, podem abrir-se novas perspectivas para que as ações destes estudantes militantes não fiquem isoladas em núcleos específicos, mas ultrapassem limites e alcancem diferentes demandas dentro dos movimentos a que pertencem. No curso, procura-se desenvolver um processo formativo no sentido da construção de um maior embasamento e instrumentalização das capacidades políticas, organizativas e comunicativas dos militantes, a partir das leituras e das aulas feitas por eles durante os períodos do ano em que se dedicam a este processo de formação de modo mais sistemático. O curso contribui com a possibilidade de formação de militantes cada vez mais aptos a desenvolver seus conhecimentos e

habilidades em sentido prático e estratégico em suas respectivas organizações. Apesar do caráter acadêmico e conteudista nas etapas presenciais, o curso conta com outros momentos de formação, onde fora do espaço universitário os sujeitos podem buscar novas leituras, desenvolver críticas, interpretações e resignificações acerca do seu processo de formativo.

É possível auferir, a partir da leitura dos trabalhos de conclusão, a importância do tempo comunidade para o processo de preparação de militantes desenvolvido nesse curso. Nos trabalhos fica evidente o esforço de leitura e sistematização desenvolvido pelos estudantes. Supõe-se que a orientação atenta oferecida pelos professores aos estudantes seja de extrema importância, pois são numerosas as bibliografias articuladas pelos participantes do curso em seus artigos finais. Embora o horário de aulas seja relativamente restrito<sup>30</sup> durante o tempo escola, e as discussões encaminhadas mantenham-se majoritariamente dentro dos limites impostos pelo programa e pelas horas, nos trabalhos é possível ver discussões e propostas bastante complexas e fundamentadas. Daí se infere que a assistência oferecida aos estudantes durante o tempo comunidade e para a confecção dos trabalhos finais é intensiva e fundamental para assegurar a consistência das elaborações nos artigos de conclusão, e também para garantir a solidez da preparação dos participantes do curso.

Os estudantes são preparados também no sentido de aperfeiçoar e desenvolver suas capacidades políticas, organizativas e comunicativas, contribuindo para a formação de sujeitos capazes de desenvolver estas habilidades em sentido prático e estratégico, no cotidiano de suas atividades. A formação, seguindo a pedagogia da alternância é um grande facilitador nesse sentido, pois ainda encontram-se grandes dificuldades para preparar militantes, de acordo com as exigências de conhecimento e respaldo institucional necessários em nossa sociedade, apenas no espaço de suas comunidades. Os conhecimentos acumulados pelos setores urbanos, acadêmicos, e estabelecidos apresentam-se como importantes ferramentas para o desenvolvimento da luta e da articulação dos Atingidos por Barragens, justificando-se assim a necessidade da aproximação e do diálogo com esses setores. Os atuais padrões de preparação de

---

<sup>30</sup> Quando comparado o tempo de aulas à dimensão dos temas e conteúdos propostos no programa do curso, o primeiro revela-se bastante reduzido e limitado. Considerando a disciplina e o rigor propostos na organização do curso e na obediência aos horários estabelecidos para cada atividade, o tempo se torna ainda mais reduzido, pois dificilmente há extensão de algum horário para realização de qualquer atividade.

militantes ainda demandam algumas transformações para que seja possível uma construção coletiva e autônoma de conhecimento. As mudanças devem ocorrer para que se possam desenvolver espaços de formação onde não ocorra a sobreposição e a hierarquização de saberes, de modo a favorecer o surgimento de novas questões e reflexões sobre a realidade social.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de . “Bibliotecas Marxistas e Escolas de Partido: um estudo sobre a experiência de formação de quadros do PCB ENTRE 1948 A 1956”. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 9, p. 35-46, 1983.

BOGO, Ademar. *Arquitetos de Sonhos*. São Paulo, Expressão Popular, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “Da Educação Fundamental ao Fundamental na Educação”. In: *REVEJ@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos*, v. 2, n. 2, p. 1-161, 2008.

CALDART, Roseli Salete. *Educação em movimento: formação de educadores e educadoras no MST*. RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. In: *Revista Estudos Avançados*, vol.15, no.43. São Paulo, set./dez, 2001.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. “Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso”. *Rio de Janeiro, Trab. Educ. Saúde*, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009.

\_\_\_\_\_; Alentejano, Paulo (Org.) ; Pereira, Isabel Brasil (Org.) ; Frigotto, Gaudêncio (Org.) . *Dicionário da Educação do Campo*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CASTRO, Carmen Verônica dos Santos. “A dimensão social da experiência entre o Movimento Sem Terra e a Universidade: O caso do curso Teorias Sociais e Produção do Conhecimento na UFRJ”, Tese de doutorado em Planejamento Urbano e Regional na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013

COUTINHO, Carlos Nelson. “Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político”. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

FLORESTA, Leila. “Escolas dos Acampamentos/Assentamentos do MST: uma pedagogia para revolução?” Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, datilo, 2006.

GOHN, Maria da Glória. “A Formação dos Cidadãos nos Cursos do MST”. *Sociologias*, 1, 2, 144-189, 1999.

GUEDES, André Dumans. “Projeto Identitário, discurso e pedagogia na constituição de um sujeito coletivo: o caso dos atingidos por barragens”. Dissertação de Mestrado, IPPUR, 2006.

\_\_\_\_\_. “Pedagogia e Organização no Movimento dos Atingidos por Barragens”. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, 2008.

\_\_\_\_\_. “Ajudar o Povo, Falar com o Povo, Lidar com o Povo. Notas sobre o Exercício da Liderança num Movimento Social”. In: Mabel Grimberg; Marcelo Hernandez; Virginia Manzano. (Org.). *Antropología de tramas políticas colectivas. Estudios en Argentina y Brasil*. 1ed. Buenos Aires: Editorial Antropofagia-Facultad de Filosofía y Letras (UBA), 2011, v. , p. 195-224, 2011.

IPPUR/UFRJ/ATEMAB/ETTERN/MAB. “Programa do Curso de Extensão/Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo”. Rio de Janeiro, julho de 2008.

\_\_\_\_\_. “Proposta político-metodológica do trabalho de conclusão do Curso de Extensão / Especialização Energia e sociedade no Capitalismo Contemporâneo”, 2008.

\_\_\_\_\_. “Programa do Curso de Extensão/Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo”. Rio de Janeiro, julho de 2010.

JORNAL SEM TERRA. Contra a idéia da força, a força das idéias – entrevista com o coordenador pedagógico da Escola Nacional Florestan Fernandes, Geraldo Gasparin.

Jornal Sem Terra. N. 295, 2009. Disponível em: <http://www.mst.org.br/jornal/295/entrevista>. Acessado em 16/07/2014.

LERRER, Débora Franco. “Trajetória de militantes sulistas: tradição e modernidade do MST”. Tese (Doutorado em Ciências Sociais aplicada ao conhecimento do mundo rural). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2008

\_\_\_\_\_. “Preparar gente: a educação superior dentro do MST”. Estudos Sociedade e Agricultura, outubro, vol. 20, n. 2, p. 451-484, 2012.

LUCENA. C. e NETTO. M. B.. “Escola Nacional Florestan Fernandes e a Formação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: As contribuições do movimento frente a sua base”. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.39, p. 211-224, set.2010

MAIA, João Marcelo Ehlert. “A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro”. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. “O Manifesto do Partido Comunista”. In: MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. 26. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

MARTINS, Suely Aparecida. “A Formação Política da Juventude do Movimento Sem Terra no Estado do Paraná”. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, datilo, 2009.

MEDEIROS, Evandro Costa de. A Dimensão Educativa da Mística Sem Terra: a experiência da Escola Nacional Florestan Fernandes. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, 2002.

MEDEIROS, L.S.. “A luta pela terra no Brasil”. Março, 2009. Disponível em: <http://geopr1.planalto.gov.br/saei/images/publicacoes/CGEEVF.pdf>. Acessado em 10/03/2014.

PAIVA, Vanilda. Perspectivas e dilemas de educação popular. Rio de Janeiro: Graal, 1984

PIZETTA, Adelar João. A formação política no MST: um processo em construção. In: OSAL (Buenos Aires: CLACSO). Ano VIII, nº 22, setembro, 2007.

PEREIRA, Eduardo Tadeu. “Educação e Formação Política: um estudo histórico-analítico e institucional da Fundação Nativo da Natividade”. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1999.

PERRUSO, M.A. . “Pedagogia Freireana e Marxismo: A formação política na Via Campesina Brasil”.In: Marx e o Marxismo , UFF, novembro de 2011

REIS, M. J. . “O Movimento dos Atingidos por Barragens: atores, estratégias de luta e conquistas”. In: II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, UFSC, Florianópolis, 25 a 27 de abril de 2007.

RODRIGUES, Fabiana de Cássia. “ MST- Formação política e reforma agrária nos anos de 1980”. Tese de Doutorado em Educação, UNICAMP, 2013.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. “Filosofia da Práxis”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Edições Loyola. 1996.

SILVA, Iby Montenegro. “A Contag em perspectiva: um estudo sobre a formação política.” Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

TORREZ, Fausto. “A necessidade da formação e capacitação para os camponeses e camponesas”. In VIA CAMPESINA. IV Conferência Internacional da Via Campesina. Honduras: Peres. 2003.

VAINER, C. B.. e VIEIRA, F. B.. “From the Valleys to Global Forums: Learning for Action in MAB”. In: Workshop "Citizen Learning for Global Democracy". 2010.

VAINER, Carlos. “Águas para a vida, não para a morte: notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil”. In *Justiça Ambiental e Cidadania*. H. Ascelrad; S.Herculano; J. A. Pádua, (orgs.). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

\_\_\_\_\_. “Conceitos de atingido: Uma revisão do debate e diretrizes”. Rio de Janeiro, julho, 2005.

VIEIRA, Flávia Braga. “Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre articulações internacionais de trabalhadores”. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.